

ANDRÉ LUIZ MENDES ATHAYDE

**UMA AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS DO PROGRAMA CIÊNCIA SEM
FRONTEIRAS NA PERSPECTIVA DE BENEFICIÁRIOS DAS INSTITUIÇÕES
FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR DE MONTES CLAROS - MG**

Trabalho de Conclusão Final apresentado à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública em Rede Nacional (PROFIAP), para obtenção do título *de Magister Scientiae*.

FLORESTAL
MINAS GERAIS - BRASIL
2016

Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca da Universidade Federal de Viçosa - Câmpus Florestal

T

A865a
2016 Athayde, André Luiz Mendes, 1987-
Uma avaliação dos impactos do Programa Ciência sem Fronteiras na perspectiva dos beneficiários das instituições federais de ensino superior de Montes Claros - MG / André Luiz Mendes Athayde. – Viçosa, MG, 2016.
viii, 61f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Inclui anexo.

Orientador: Telma Regina da Costa Guimarães Barbosa.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.
Referências bibliográficas: f.52-57.

1. Finanças públicas. 2. Gastos públicos - Montes Claros (MG). 3. Eficiência (Administração). 4. Universidades e faculdades públicas. 5. Ensino superior - Montes Claros (MG). 6. Programa Ciência sem Fronteiras - Avaliação. I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Administração e Contabilidade. Programa de Pós-graduação em Administração Pública em Rede Nacional (PROFIAP). II. Título.

CDD 22. ed. 336.8151

ANDRÉ LUIZ MENDES ATHAYDE

**UMA AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS DO PROGRAMA CIÊNCIA SEM
FRONTEIRAS NA PERSPECTIVA DE BENEFICIÁRIOS DAS INSTITUIÇÕES
FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR DE MONTES CLAROS - MG**

Trabalho de Conclusão Final
apresentado à Universidade Federal
de Viçosa, como parte das
exigências do Programa de Pós-
Graduação em Administração
Pública em Rede Nacional
(PROFIAP), para obtenção do título
de Magister Scientiae.

APROVADO: 20 de junho de 2016.

Nina Rosa da Silveira Cunha

Nálbia de Araújo Santos
(Coorientadora)

Telma Regina da Costa Guimarães Barbosa
(Orientadora)

AGRADECIMENTOS

A Deus, por superabundar minha vida com favores imerecidos.

Aos meus pais José Darcy e Benilde, pelo exemplo de comportamento.

Ao meu irmão Lucas, pelo companheirismo.

À minha esposa Fabiana, pelo incentivo.

À minha orientadora, Professora Telma Regina da Costa Guimarães Barbosa, por zelar pela qualidade do trabalho.

Aos Professores Adriel Rodrigues de Oliveira, Nina Rosa da Silveira Cunha e Nálbia de Araújo Santos pelas sugestões feitas durante a defesa do projeto de pesquisa e defesa da dissertação.

À Coordenação e a todos os Professores envolvidos no Mestrado Profissional Administração Pública em Rede Nacional da Universidade Federal de Viçosa.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	V
LISTA DE QUADROS	VI
RESUMO	VII
ABSTRACT	VIII
1. INTRODUÇÃO	1
2. O PROGRAMA CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS (CSF)	7
3. REVISÃO DE LITERATURA	8
3.1. Políticas Públicas	8
3.2. Formulação e Avaliação de Políticas Públicas	9
3.3. Avaliação de Políticas Públicas e Programas Governamentais: importância e conceito	11
3.4. Metodologias de Avaliação de Políticas Públicas	13
3.5. Avaliações de Efetividade, Eficácia e Eficiência de Políticas e Programas Públicos	15
3.6. Métodos de Avaliação de Políticas Públicas	17
4. METODOLOGIA	21
4.1. Tipo de Estudo	21
4.2. Local de Estudo	23
4.3. População e Amostragem	24
4.4. Modelo Conceitual e Operacional	24
4.5. Coleta de Dados	25
4.6. Análise de Dados	27
5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	28
5.1. Caracterização da População da Pesquisa	28
5.2. Avaliação de Processos Pós-Seleção no Programa CsF	30
5.2.1. Recepção na IES no país de destino	30
5.2.2. Principais dificuldades encontradas durante a realização do intercâmbio	32
5.2.3. Julgamento quanto ao subsídio financeiro	33

5.2.4. Desempenho de trabalho remunerado durante o intercâmbio	34
5.2.5. Realização de Teste de Proficiência em Língua Estrangeira	34
5.2.6. Autoavaliação do nível de Proficiência em Língua Estrangeira para atendimento às necessidades no país de destino	35
5.2.7. Principais dificuldades quanto à Língua Estrangeira por subárea	36
5.2.8. Informações repassadas aos estudantes antes e durante o intercâmbio	37
5.3. Avaliação de Impactos do Programa CsF na perspectiva dos beneficiários	38
5.3.1. Manutenção de contato com a IES de destino após retorno ao Brasil	38
5.3.2. Avaliação do Impacto do Programa CsF na vida pessoal e profissional	41
5.3.3. Significado da experiência internacional para o estudante	43
5.4. Sugestão de melhorias para o Programa CsF na perspectiva dos estudantes	45
6. CONCLUSÕES	49
REFERÊNCIAS	52
ANEXOS	58

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Países de destino dos respondentes da pesquisa	28
Figura 2: Distribuição de bolsas implementadas por país de destino (dados gerais do Programa CsF).....	29
Figura 3: Recepção na IES no país de destino	30
Figura 4: Principais dificuldades encontradas no intercâmbio	32
Figura 5: Subsídio financeiro recebido para o intercâmbio.....	33
Figura 6: Desempenho de trabalho remunerado durante o intercâmbio	34
Figura 7: Autoavaliação do nível de proficiência em língua estrangeira	35
Figura 8: Principais dificuldades quanto à língua estrangeira por subárea	36
Figura 9: Informações repassadas aos estudantes antes e durante o intercâmbio ..	37
Figura 10: Tipo de contato mantido com a IES estrangeira após retorno ao Brasil ..	39
Figura 11: Avaliação do impacto do Programa CsF na vida pessoal e profissional .	41
Figura 12: Aspectos que foram melhorados de forma significativa através do CsF .	42

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Tipo de avaliação de políticas públicas	15
Quadro 2: Avaliação de políticas públicas quanto à Efetividade, Eficácia e Eficiência	16
Quadro 3: Métodos qualitativos de avaliação de políticas públicas.....	20
Quadro 4: Respostas individuais quanto ao aspecto menos positivo do acolhimento na IES	31
Quadro 5: Respostas individuais quanto ao motivo da ausência de contato com a IES estrangeira após o retorno ao Brasil.....	40
Quadro 6: Respostas individuais quanto ao significado da experiência internacional	43
Quadro 7: Categorização dos significados da experiência internacional.....	45
Quadro 8: Respostas individuais quanto a sugestões de melhoria para o Programa CsF.....	46
Quadro 9: Categorização das sugestões de melhoria no Programa CsF	48

RESUMO

ATHAYDE, André Luiz Mendes, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, junho de 2016. **Uma avaliação dos impactos do Programa Ciência sem Fronteiras na perspectiva de beneficiários das Instituições Federais de Ensino Superior de Montes Claros - MG.** Orientadora: Telma Regina da Costa Guimarães Barbosa. Coorientadores: Adriel Rodrigues de Oliveira e Nálbia de Araújo Santos.

A avaliação de políticas e programas públicos tem sido apontada pela literatura como capaz de subsidiar a formulação de intervenções governamentais, o controle de sua execução, os ajustes que se fazem necessários e, por fim, a decisão entre manter ou interromper as ações. Portanto, constitui um mecanismo significativo para que o gasto público seja mais eficiente e para que a gestão e controle da efetividade da ação do Estado tenham maior qualidade. Nesse cenário, este trabalho objetiva, sob a forma de um estudo multicaso, avaliar o Programa Ciência sem Fronteiras (CsF) na perspectiva dos bolsistas provenientes das Instituições Federais de Ensino Superior da cidade de Montes Claros-MG. Essa experiência recente de internacionalização do ensino superior no Brasil, manifestada pelo Programa CsF, apesar de apresentar benefícios já concretizados e potenciais, também aponta deficiências que precisam ser solucionadas. Baseando-se nas informações levantadas por meio desta pesquisa, conclui-se que o Programa CsF merece ser continuado, limitando-se a outras causas maiores que porventura não o permitam como, por exemplo, impedimentos ou dificuldades na continuidade de financiamento. Apesar de falhas de processos identificadas no Programa Ciência sem Fronteiras, que servem também como subsídio para a elaboração de intervenções de melhoria por parte da gestão do Programa, os impactos positivos do mesmo foram significativos na vida pessoal, acadêmica e profissional dos estudantes. Mesmo apresentando limitantes típicos de estudos de abordagem qualitativa como o reduzido grau de reprodutibilidade, a presente pesquisa, por outro lado, abre uma reflexão a nível micro, acerca dos processos e impactos do Programa Ciência sem Fronteiras (CsF) especificamente, e a nível macro, com respeito às políticas de internacionalização do ensino superior no Brasil.

ABSTRACT

ATHAYDE, André Luiz Mendes, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, June of 2016. **An impact evaluation of Science Without Borders Program under the perspective of scholars from Federal Institutions of Higher Education in Montes Claros - MG.** Adviser: Telma Regina da Costa Guimarães Barbosa. Co-advisers: Adriel Rodrigues de Oliveira and Nálbia de Araújo Santos.

The evaluation of public policies and programs has been pointed out as capable of supporting the formulation of Government interventions, their execution control, the necessary adjustments and, finally, the decision between keeping or stopping the actions. Therefore, it constitutes a significant mechanism so that public spending may be more efficient and that the management and control of the effectiveness of state action may have higher quality. This research aims, under the form of a multi-case study, to evaluate the Science without Borders Program (CsF) from the perspective of scholars from the Federal Institutions of Higher Education in the city of Montes Claros-MG, Brazil. This recent experience of internationalization of higher education in Brazil, manifested by CsF program, despite its benefits already realized and potential ones, also points out deficiencies that must be solved. Based on the information gathered through this research, it is concluded that the CsF program deserves to be continued, limited to other major causes that may not allow it, for example, impediments or difficulties in continuity of funding. Although process failures have been identified in the Science without Borders Program, which also serve as input for the development of improvement interventions by the program management, its positive impacts were significant in the personal, academic and professional lives of students. Even presenting typical qualitative approach study limitations, such as the low degree of reproducibility, this research, on the other hand, opens a reflection at the micro level, about the processes and impacts of the Science without Borders Program (CsF) specifically, and at the macro level with respect to the internationalization of higher education policies in Brazil.

1. INTRODUÇÃO

A globalização é um dos fatores que contribuem para o surgimento da sociedade da informação (LEVY, 1999) e da economia do conhecimento (VARGHESE, 2013) e também para a internacionalização do ensino superior (SHIN; TEICHLER, 2014). Essa pode ser conceituada como o processo de integrar dimensões internacionais, interculturais ou globais na missão, função ou proposta de uma Instituição de Ensino Superior (IES). As universidades, portanto, refletem os efeitos da globalização (KNIGHT, 2006 *apud* YONEZAWA, 2013), passando a ter valor significativo pelo seu capital intelectual e a ser encaradas como um importante produto de importação e exportação na economia do conhecimento (SHIN; TEICHLER, 2014).

As universidades desempenham papel central na sociedade do conhecimento, constituindo a base da formação de quadros para a consolidação dos países e desenvolvimento da pesquisa que sustenta a sociedade. Mesmo que o cenário universitário seja heterogêneo, com Instituições de Ensino Superior (IES) de tamanhos e vocações diferentes, um interesse comum se destaca: a internacionalização da educação superior, manifestada nos dias de hoje através de eventos como, por exemplo, o Programa Ciência sem Fronteiras (CsF) entre outras ações.

Ciência sem Fronteiras (CsF) é um programa que busca promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional. A iniciativa é fruto de esforço conjunto dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Ministério da Educação (MEC), por meio de suas respectivas instituições de fomento – CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) –, e Secretarias de Ensino Superior e de Ensino Tecnológico do MEC. Lançado em 2011, o projeto previu a utilização de 101 mil bolsas até o final de 2015 para promover intercâmbio, de forma que alunos de graduação e pós-graduação fizessem estágio no exterior com a finalidade de manter contato com sistemas educacionais competitivos em relação à tecnologia e inovação.

Até agosto de 2015, 92.880¹ bolsas já haviam sido implementadas nos níveis de graduação (93%) e pós-graduação (6%), tendo como principais destinos Instituições de Ensino Superior (IES) dos Estados Unidos, Reino Unido, França, Canadá, Alemanha, Austrália, Espanha, Itália e Portugal, representando um investimento de recursos governamentais de cerca de 6,4 bilhões de reais². Entretanto, em setembro de 2015, diante da falta de recursos, o governo federal decidiu congelar a oferta de novas bolsas do Programa CsF para o ano de 2016. Segundo a equipe econômica do governo federal à época, o orçamento para o próximo ano seria suficiente apenas para a manutenção de estudantes que já estavam no exterior³.

O Programa Ciência sem Fronteiras (CsF), com a oferta de bolsas de mobilidade no exterior para estudantes e docentes, certamente contribuiu para a internacionalização de parte das Instituições de Ensino Superior (IES). A visibilidade internacional obtida poderá ser aproveitada para se construir parcerias que contribuam para o processo de internacionalização de cada instituição, levando em conta seus objetivos e vocações. É importante reconhecer que tanto as grandes IES brasileiras, em que a pesquisa atua como motor de desenvolvimento e nas quais o processo de internacionalização já está mais desenvolvido, como as IES menores e mais voltadas para a formação de pessoas, podem e devem se beneficiar das oportunidades trazidas pela internacionalização (FREIRE, 2015).

Entretanto, essa experiência recente de internacionalização do ensino superior no Brasil, apesar de apresentar benefícios já concretizados e potenciais, também aponta deficiências que precisam ser solucionadas, relacionadas à língua estrangeira e a questões infraestruturais. Em 2011, quando o Governo Federal lançou o Programa Ciência sem Fronteiras (CsF), com o objetivo de enviar 101.000 estudantes ao exterior, a falta de estrutura adequada para tratar da mobilidade de estudantes – uma das principais atividades do processo de internacionalização das IES – expôs uma grande lacuna ainda existente no país. Poucas instituições contam com um escritório internacional estabelecido, com dotação orçamentária e recursos humanos bem capacitados para desenvolver suas atividades. Muitas instituições

¹ Disponível em: <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/painel-de-controle>

² Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,o-fim-do-ciencia-sem-fronteiras,10000000076>.

³ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2015/09/1677170-programa-ciencia-sem-fronteiras-sera-congelado.shtml>

tiveram que rapidamente se adequar e criar escritórios de relações internacionais, tanto para operar as atividades associadas ao programa CsF, como para acolher as inúmeras delegações de IES estrangeiras que passaram a vir cada vez mais ao Brasil, em busca de parcerias e de alunos. Deste modo, pode-se dizer que este programa, ao mesmo tempo em que foi um grande catalisador, também ressaltou o problema da falta de estrutura e, sobretudo, a enorme importância do tema da internacionalização da educação superior e da Língua Inglesa no atual cenário internacional (FREIRE, 2015).

Apesar do expressivo número de bolsas já implementadas e dos benefícios que o Programa CsF proporciona aos agraciados pelas bolsas, tem-se como suposição que estes possuem dificuldades durante a participação no Programa. Essas dificuldades podem ser, por exemplo, de cunho cultural (choque com o novo); comunicação (proficiência em língua estrangeira aquém do necessário para bom desenvolvimento das atividades vinculadas ao curso); distanciamento dos familiares; insuficiência de subsídios governamentais; falta de orientações anteriores e durante a participação no programa; não adequação do acolhimento pela instituição receptora e dificuldades com diferentes formatos de ensino e pesquisa nas instituições estrangeiras (metodologia de ensino, pesquisa, critérios de avaliação, provas). Algumas dessas dificuldades foram observadas por Lima e Riegel (2013) em pesquisa realizada com estudantes que participaram de programa de mobilidade acadêmica. Portanto, nesse cenário de possíveis dificuldades, torna-se salutar que o Programa CsF seja avaliado.

Nas últimas décadas, devido à modernização da Administração Pública, a avaliação de políticas públicas e programas governamentais ganhou grande relevância, pois esta tem a capacidade de subsidiar a formulação de intervenções governamentais e, portanto, constitui um mecanismo significativo para que o gasto público seja mais eficiente e para que a gestão e controle da efetividade da ação do Estado tenham maior qualidade (CUNHA, 2006). Dentre os variados métodos de avaliação de políticas públicas existentes, as entrevistas, observações sistemáticas, pesquisa documental e questionários são os principais instrumentos utilizados de forma frequentemente combinada (IPEA, 2010).

Como parte de uma política pública, o Programa CsF deve ser objeto de avaliação. Das 101.000 bolsas previstas para serem distribuídas até o final de 2015

através do Programa Ciência sem Fronteiras (CsF), 75.000 delas teriam o seu financiamento proveniente de recursos do Governo Federal e, frente a um investimento dessa magnitude, é muito importante que o governo tenha retorno positivo expressivo sobre ele. Tomando-se o Programa Ciência sem Fronteiras (CsF) como a maior referência no Brasil quanto ao tema internacionalização do ensino superior, é oportuno avaliar, de acordo com o ponto de vista de indivíduos externos à organização do programa (no caso, os beneficiários), os processos pós-seleção do programa, bem como impactos gerados por ele nesses indivíduos.

Montes Claros⁴ é uma cidade polo da região norte mineira, com cerca de 400.000 habitantes, de economia diversificada e que possui dentre suas várias atividades um comércio movimentado, que abastece grande parte das cerca de 150 cidades situadas na sua região de abrangência, e onde estão instaladas as principais redes de lojas e atacadistas do Brasil, proporcionando muitas opções de compras em todos os setores. Nos últimos anos, a cidade se transformou em um importante polo universitário, que atrai estudantes de várias partes do país. 13 instituições de ensino superior particulares, e os *campi* da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG) e da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) oferecem 50 cursos de graduação, além de mestrado e doutorado, onde estudam 30 mil universitários.

Nesse contexto, a presente pesquisa norteia-se pela seguinte problematização: qual é a avaliação dos processos pós-seleção e dos impactos do programa CsF na perspectiva dos agraciados pela bolsa provenientes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) da cidade de Montes Claros - MG? A avaliação do Programa CsF proposta nesta pesquisa, portanto, tem como local de estudo as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) da cidade de Montes Claros – MG, a saber: a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) *Campus* Montes Claros e o Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG) *Campus* Montes Claros.

A pesquisa tem por objetivo geral avaliar os processos pós-seleção e os impactos do Programa Ciência sem Fronteiras (CsF) na perspectiva dos agraciados com a bolsa, provenientes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) da cidade de Montes Claros – MG.

Tem-se como objetivos específicos:

⁴ Disponível em: <http://www.montesclaros.mg.gov.br/>

- i. Descrever a experiência dos agraciados pela bolsa do Programa;
- ii. Identificar pontos positivos e pontos negativos no Programa Ciência sem Fronteiras (CsF) no âmbito de sua implementação (processos pós-seleção de beneficiários) nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) da cidade de Montes Claros – MG;
- iii. Identificar os impactos do Programa Ciência sem Fronteiras (CsF) no âmbito dos bolsistas;
- iv. Propor sugestões de melhoria para o Programa levando em conta a avaliação realizada.

A importância da realização deste trabalho está atrelada aos benefícios advindos da avaliação de políticas públicas. A avaliação de programas é um instrumento que otimiza o processo de tomada de decisão e a alocação apropriada de recursos (ALA-HARJA, 2000). Adicionalmente, permite a tomada de decisão com maior informação, gerando maior eficiência dos gastos públicos através da identificação de pontos positivos e negativos que nortearão a continuidade ou não continuidade da política ou programa avaliado (CUNHA, 2006). A avaliação de políticas e programas públicos gera efetividade (identificação dos resultados esperados e não esperados alcançados através da implementação dos programas) e permite entender o porquê alguns resultados foram obtidos e outros não, gerando aprendizagem organizacional das instituições públicas sobre suas atividades e transparência na gestão de gastos públicos (SILVA, 1999).

Além disso, é importante ressaltar que são muito poucos os estudos que avaliam especificamente o Programa Ciência sem Fronteiras (CsF), número baixo justificado essencialmente por ser um programa recente. Cabe salientar que o momento é propício para que o referido programa seja avaliado, principalmente pela proximidade da data que foi prevista para distribuição das bolsas (final de 2015) bem como pela atual conjuntura econômica que leva o governo federal a estudar muito bem a decisão entre dar continuidade ao programa ou encerrá-lo, por dificuldades de sustentabilidade financeira.

Caso o governo opte pela continuidade do programa, os resultados desta pesquisa, apesar de não poderem ser generalizados a todas as bolsas distribuídas até então no Brasil, poderão sugerir pontos positivos do programa bem como pontos a melhorar, subsidiando futuras adequações. A análise dos resultados desta

pesquisa, portanto, servirá de base para reflexões a nível micro, acerca dos processos e impactos do Programa Ciência sem Fronteiras (CsF) especificamente, e a nível macro, com respeito às políticas de internacionalização do ensino superior no Brasil.

2. O PROGRAMA CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS (CSF)

O Brasil vive um momento político caracterizado por tensões em vários setores socioeconômicos e educacionais, inerentes às ocorrências nacionais e internacionais. Nesse contexto, é perceptível que a internacionalização da educação superior está orientando as políticas públicas de educação superior no Brasil, como exemplifica o Programa Ciência sem Fronteiras.

O Programa Ciência sem Fronteiras⁵ apresenta os seguintes objetivos: investir na formação de pessoal altamente qualificado nas competências e habilidades necessárias para o avanço da sociedade do conhecimento; aumentar a presença de pesquisadores e estudantes de vários níveis em instituições de excelência no exterior; promover a inserção internacional das instituições brasileiras pela abertura de oportunidades semelhantes para cientistas e estudantes estrangeiros; ampliar o conhecimento inovador de pessoal das indústrias tecnológicas; atrair jovens talentos científicos e investigadores altamente qualificados para trabalhar no Brasil.

Das 101.000 bolsas previstas para serem distribuídas até o final de 2015, 75.000 bolsas seriam financiadas com recursos do Governo Federal e 26.000 bolsas seriam concedidas com recursos da iniciativa privada.

Concernente às Instituições de Destino, os estudantes e pesquisadores do Programa Ciência sem Fronteiras têm o seu treinamento nas melhores instituições e grupos de pesquisa disponíveis, prioritariamente entre os mais bem conceituados para cada grande área do conhecimento de acordo com os principais *rankings* internacionais.

No exterior, o Programa conta com parceiros de destaque quanto à colocação e suporte de estudantes, responsáveis por sinalizar, juntamente com a CAPES e o CNPq, os melhores cursos e instituições nos seus respectivos países.

Para os bolsistas de pós-graduação, as Instituições de Destino são analisadas por comissões de especialistas da CAPES e do CNPq considerando as propostas apresentadas pelos candidatos.

⁵ Disponível em: <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/>

3. REVISÃO DE LITERATURA

3.1. Políticas Públicas

A política pública, enquanto área do conhecimento nasceu nos Estados Unidos como subárea da ciência política, com maior ênfase nos estudos sobre a ação dos governos, isto é, por que os governos escolhem determinadas ações. Sua origem se deve a quatro fundadores: H. Laswell, que introduziu a expressão “análise de política pública”; H. Simon, que introduziu o conceito de racionalidade limitada dos decisores públicos, causada por informação incompleta, pouco tempo para decisão e auto-interesse dos decisores entre outros; C. Lindblom, que propôs a incorporação de outros fatores à formulação e análise de políticas públicas como, por exemplo, as relações de poder; e D. Easton, que definiu a política pública como um sistema marcado pela relação entre formulação, resultados e ambiente (SOUZA, 2006).

No tocante ao conceito de políticas públicas, existem várias definições. Dye (1984) considera política pública como aquilo que o governo decide fazer ou não fazer. Peters (1986) trata a política pública como o conjunto das atividades do governo e que tem impacto na vida dos cidadãos. Lynn (1980), por sua vez, encara a política pública como atividades do governo que geram efeitos específicos. É interessante observar que a visão de Lynn (1980) está em consonância com um dos fundadores da política pública, D. Easton, que considera a política pública como um sistema, destacando, entre outros fatores, a relação entre formulação e resultados. Por fim, não pode ser omitida a concepção de Laswell (1936), que considera a relação de proximidade entre políticas públicas e as questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença isso faz.

Souza (2006) afirma que os conceitos de política pública convergem para um ponto comum: os governos. Também destaca o fato de políticas públicas serem um tema multidisciplinar, envolvendo os campos da sociologia, ciência política, economia entre outros, ou seja, é um campo holístico. Nesse cenário, é importante destacar que o fato de a política pública apresentar um caráter multidisciplinar não significa que lhe falte coerência teórica e metodológica. A autora ainda acrescenta que as políticas públicas são transformadas em planos, programas, projetos e, quando colocadas em prática, precisam de acompanhamento e avaliação.

Visões extremistas sobre governo são criticadas por Souza (2006), pois a autora chama a atenção que os governos não são, por um lado, apenas o reflexo das reivindicações de grupos de interesse (visão do pluralismo) e, por outro, também não são executores apenas das vontades daqueles que estão no poder (visão do elitismo). Nesse sentido, Evans (1985) reflete que existe uma “autonomia relativa do Estado”, isto é, ele tem um espaço próprio de atuação, entretanto, ainda assim, está suscetível a influências tanto internas quanto externas.

3.2. Formulação e Avaliação de Políticas Públicas

Objetivando melhor entender a ação dos governos, alguns modelos explicativos de formulação e análise de políticas públicas foram desenvolvidos. Dentre eles, há “O tipo da política pública”, desenvolvido por Lowi (1964), segundo o qual cada tipo de política pública encontra distintas formas de apoio e rejeição. Nesse sentido, existem quatro formatos de políticas públicas: distributivas (alguns grupos sociais e regiões são beneficiados em detrimento do todo); regulatórias (elaboração de normas); redistributivas (perdas para certos grupos sociais e ganhos para outros) e constitutivas (lidam com procedimentos).

Há também o modelo do “Incrementalismo”, desenvolvido por Lindblom (1979), Caiden e Wildavsky (1980) e Wildavsky (1992), segundo o qual, os recursos do governo destinados à determinada política pública ou programa são incrementais, isto é, não partem do zero e sim de decisões marginais. Nesse modelo, ganha destaque a questão das influências internas e externas às quais está sujeito o governo e, principalmente, o fato de que decisões tomadas no passado interferem nas decisões futuras.

O modelo “O ciclo da Política Pública” é considerado por Souza (2006) uma tipologia que vê a política pública como um ciclo deliberativo composto por várias etapas, formando um processo dinâmico de aprendizado. Esse ciclo, basicamente, é constituído das fases de definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, implementação e avaliação. Ganha ênfase, nesse caso, a definição da agenda, que leva à reflexão os motivos pelos quais alguns pontos entram na agenda enquanto outros não. Segundo essa visão, é determinante a construção de uma

consciência coletiva sobre determinado problema a fim de que o mesmo seja considerado na definição da agenda.

Cohen, March e Olsen (1972) desenvolveram o modelo conhecido como “*Garbage Can*” ou “Lata de Lixo”, que considera as opções de políticas públicas como se estivessem dentro de uma “lata de lixo”, dentre as quais algumas são escolhidas pelos decisores políticos. Esse raciocínio considera que as soluções procuram por problemas.

O modelo “Coalizão de defesa”, desenvolvido por Sabatier e Jenkins-Smith (1993) salienta que crenças, valores e ideias são normalmente ignorados, entretanto, são muito importantes no processo de formulação de políticas públicas. Dessa maneira, considera-se que cada subsistema constituinte de uma política pública apresenta coalizões de defesa que se distinguem por seus recursos, ideias, crenças e valores.

Souza (2006) aborda o modelo “Arenas sociais” como aquele que enxerga a política pública como uma iniciativa dos empreendedores de políticas públicas, que são pessoas especialistas dispostas a investir em uma determinada política pública que lhes dê retorno futuro. Seguindo esse raciocínio, existem três formas de chamar a atenção dos formuladores de políticas públicas: divulgação de indicadores que destaquem o problema; desastres ou a repetição de certo problema e *feedbacks* que salientam falhas da política atual. Os empreendedores de políticas públicas, portanto, constituem redes sociais.

Baugartner e Jones (1993) desenvolveram o modelo do “Equilíbrio interrompido”, segundo o qual a política pública se caracteriza por longos períodos de estabilidade interrompidos por períodos de instabilidade, provocando, assim, alterações nas políticas anteriores.

Por fim, dentre os principais modelos desenvolvidos para explicar a formulação e avaliação de políticas públicas, também se destacam aqueles influenciados pelo “Novo gerencialismo público”, focados na busca da eficiência. Nesse sentido, a eficiência passou a ser considerada o principal fim de uma política pública. É importante mencionar que, além da busca de políticas públicas eficientes, existe também uma tentativa de implementação de políticas públicas de caráter participativo, principalmente as de cunho social.

Após refletir sobre vários modelos de formulação e análise de políticas públicas, Souza (2006) sintetiza os elementos principais de uma política pública, a saber: a política pública é um instrumento através do qual se distingue o que o governo pretende fazer e o que ele realmente faz; envolve vários atores, não se restringindo apenas ao governo; não é apenas um conjunto de leis e regras; é intencional, isto é, apresenta objetivos a ser alcançados (resultados); apesar de ter impactos de curto prazo, é, essencialmente, uma política de longo prazo; não se limita apenas às fases de decisão e proposição, mas também abrange a implementação, execução e avaliação.

3.3. Avaliação de Políticas Públicas e Programas Governamentais: importância e conceito

A avaliação não apenas mensura quantitativamente os resultados de ações governamentais, mas também apresenta aspectos qualitativos, já que julga o valor das intervenções do governo através de avaliadores internos ou externos, assim como pelos usuários. Existem formas distintas para realizar uma avaliação. A avaliação pode ser acadêmica, apresentando um tom mais formal e que objetiva o estudo da efetividade das políticas (seus impactos). A avaliação também pode ser realizada durante a implementação das políticas e programas governamentais, com maior ênfase na eficiência e eficácia (CUNHA, 2006).

O crescente interesse dos governos no que diz respeito à avaliação de suas ações está ligado a questões de efetividade, eficiência e desempenho da gestão pública. A avaliação de políticas e programas governamentais é um instrumento importante para os formuladores e implementadores de políticas e programas públicos, já que permite a tomada de decisão com maior informação, gerando maior eficiência dos gastos públicos e identificando pontos positivos e negativos (CUNHA, 2006).

Existem diferentes motivações para se realizar a avaliação de políticas e programas governamentais. A primeira possível motivação se refere à informação e, nesse caso, as principais perguntas levantadas são: como as políticas públicas funcionam? Quais efeitos elas geram? Como é possível melhorá-las? Outra possível motivação visa à alocação orçamentária mais racional e, assim, as principais

perguntas a ser respondidas são: quais programas devem ser cortados tendo em vista seus resultados negativos? Quais as consequências de se privatizar determinadas ações públicas? Como fazer com que os programas atinjam mais resultados com o mesmo montante? (DARLIEN, 2001).

Ala-Harja e Helgason (2000) refletem que a avaliação de programas constitui-se em um instrumento que permite a otimização do processo de tomada de decisões e a alocação adequada de recursos. Silva (1999), por sua vez, reflete sobre outras razões que justificam a avaliação de políticas e programas públicos: efetividade (identificação dos resultados esperados e não esperados alcançados através da implementação dos programas); entender o porquê alguns resultados foram obtidos e outros não; aprendizagem organizacional das instituições públicas sobre suas atividades; respaldo para a continuidade ou não de certos programas; transparência na gestão de gastos públicos.

A avaliação é um exame sistemático e objetivo de um projeto ou programa, que já foi finalizado ou em execução, envolvendo questões como desempenho, implementação e resultados, através dos quais será possível determinar a sua eficiência, efetividade (impacto) e sustentabilidade. Nesse sentido, o objetivo maior da avaliação é direcionar os tomadores de decisão no que diz respeito à continuidade de certo programa ou à sua interrupção (COSTA e CASTANHAR, 2003).

Para o *Government Accountability Office* (GAO), agência que trabalha para o Congresso dos Estados Unidos, a avaliação de programas é um estudo sistemático, realizado continuamente ou para um fim específico, objetivando analisar como um programa está funcionando quanto ao alcance de seus respectivos objetivos.

De acordo com o *Glossary of Key Terms in Evaluation and Results Based Management* da OECD (*Organisation for Economic Co-operation and Development*), a avaliação precisa fornecer informações com crédito e utilidade, isto é, permitir o aprendizado no processo de tomada de decisões. Nesse sentido, a avaliação determina o valor ou significância de uma ação (política ou programa governamental).

3.4. Metodologias de avaliação de políticas públicas

Existem formas diversas de se classificar a avaliação de políticas ou programas públicos. Ela pode ser classificada, conforme Cotta (2001), levando-se em consideração o tempo em que é realizada (antes, durante ou depois que a política ou programa público é implementado), a posição do avaliador quanto ao objeto foco da avaliação (interna, externa ou mista), e do ponto de vista do objeto avaliado (metas, processos e impactos).

Concernente ao tempo em que a avaliação é realizada, tem-se a avaliação feita antes (*ex ante*) da implementação da política e programa e refere-se à análise de custo-benefício do programa, o seu retorno econômico sobre investimentos etc (LOBO, 1998). Esse tipo de avaliação procura medir a viabilidade do programa a ser implementado e é geralmente utilizado por órgãos financiadores de projetos (LUBAMBO e ARAÚJO, 2003). Entretanto, não se pode restringir essa avaliação à análise da viabilidade econômico-financeira, pois também envolve a viabilidade política e institucional assim como as expectativas geradas pelos beneficiários do programa público (LOBO, 1998; LUBAMBO e ARAÚJO, 2003). A avaliação intermediária, conhecida também como formativa, é aquela realizada durante a implementação de um programa e objetiva auxiliar na otimização da gestão e consequente desenvolvimento do programa. Essa tipologia, portanto, foca na gestão e no funcionamento do programa (ALA-HARJA e HELGASON, 2000). Essa categoria de avaliação objetiva analisar as etapas e mecanismos do programa, articulando meios e fins, isto é, verificando a compatibilidade ou incompatibilidade entre eles. Portanto, é uma tipologia que dá atenção especial aos processos e mecanismos de execução do programa, constituindo-se basicamente em um instrumento que diagnostica suas possíveis falhas, visando ao aperfeiçoamento (UNICAMP, 1999). A avaliação também pode ser feita posteriormente à implementação do programa e, nesse caso, é conhecida como *ex post* ou somativa. Lobo (1998) e Ala-Harja e Helgason (2000) dizem que esse tipo de avaliação lida com os impactos e eficácia do programa, isto é, com o seu julgamento geral. Para a Universidade de Campinas (1999), essa avaliação foca nos resultados do programa, isto é, em que medida eles foram atingidos, além da distinção entre resultados esperados e não-esperados. É a tipologia de avaliação que verifica se os resultados

obtidos junto à população-alvo (beneficiários) estão de acordo ao que foi proposto. Além das três tipologias já abordadas, ainda pode ser adicionado o Monitoramento que, de forma resumida, “é o processo sistemático e contínuo que, produzindo informações sintéticas e em tempo eficaz, permite rápida avaliação situacional e a intervenção oportuna que corrige ou confirma as ações monitoradas” (GARCIA, 2001, p.32). É salutar mencionar que não se pode monitorar o que não pode ser medido, ou seja, os indicadores são instrumentos de fundamental importância para a exequibilidade do monitoramento.

No que tange a posição do avaliador frente o objeto avaliado, para Cohen e Franco (2004) e Cotta (1998), a avaliação pode ser classificada como Avaliação Externa (executada por indivíduos de fora da organização responsável pelo programa), Avaliação Interna (origina-se do interior da organização responsável pelo programa), Avaliação Mista (entrecruza as tipologias externa e interna) e a Avaliação Participativa (realizada por beneficiários do programa que participam de variadas fases: planejamento, execução e avaliação).

Quanto ao ponto de vista do objeto avaliado, Garcia (2001), Carvalho (2003) e Costa e Castanhar (2003) apresentam três modalidades de avaliação de políticas públicas: avaliação de metas (mensura *ex post* o grau de êxito que o programa alcança, ou seja, analisam-se os resultados mais imediatos que decorrem do programa como, por exemplo, número de pessoas assistidas em um centro de saúde, número de horas de aula etc); avaliação de processos (detecta defeitos na elaboração de procedimentos, acompanha e avalia os procedimentos de implantação do programa bem como identifica os obstáculos para tal, o que gera informações para sua reprogramação. É uma avaliação que se realiza durante o desenvolvimento do programa); e avaliação de impacto (foca nos efeitos gerados sobre a sociedade, ou seja, vai além daqueles que se beneficiam diretamente do programa. Nesse caso, é interessante observar que não basta apenas detectar a ocorrência de uma mudança, mas também estabelecer a relação causa-efeito entre as ações do programa e essa mudança gerada). As metodologias de avaliação de políticas públicas, de acordo com o tempo, posição do avaliador e objeto avaliado são resumidas no Quadro 1:

Quadro 1: Tipos de Avaliação de Políticas Públicas

CRITÉRIO	CATEGORIA	EXPLICAÇÃO
TEMPO	Antes (<i>Ex ante</i>)	Realizada antes de a política ou programa público serem implementados.
	Intermediária (Formativa)	Realizada durante a implementação da política ou programa público.
	Depois (<i>Ex post</i>)	Realizada posteriormente à implementação da política ou programa público.
POSIÇÃO DO AVALIADOR	Interna	Parte do interior da organização responsável pelo programa.
	Externa	Executada por indivíduos de fora da organização responsável pelo programa.
	Mista	Entrecruza as tipologias externa e interna.
	Participativa	Realizada por beneficiários do programa que participam de variadas fases: planejamento, execução e avaliação
OBJETO AVALIADO	Metas	Mensura <i>ex post</i> o grau de êxito que o programa alcança.
	Processos	Detecta defeitos na elaboração de procedimentos, acompanha e avalia a implantação do programa.
	Impacto	Foca nos efeitos gerados sobre a sociedade, ou seja, vai além daqueles que se beneficiam diretamente do programa.

Fonte: Cotta, 2001. Adaptado pelo autor.

3.5. Avaliações de Efetividade, Eficácia e Eficiência de políticas e programas públicos

A literatura de avaliação de políticas públicas também faz distinção em termos de sua efetividade, eficácia e eficiência (ARRETCHE, 1998).

A avaliação da efetividade de um programa ou política pública diz respeito ao exame da relação entre a implementação do programa e os impactos dela resultantes. A avaliação da efetividade de uma política pública está intimamente ligada ao sucesso ou fracasso desta quanto à efetiva mudança nas condições prévias daqueles atingidos pelo programa sob avaliação (FIGUEIREDO e FIGUEIREDO, 1986).

Quando se trata de avaliação de efetividade de um programa ou política pública, o principal obstáculo não é diferenciar produtos de resultados, mas comprovar que os resultados estão causalmente relacionados aos produtos gerados por um determinado programa ou política pública. Essa é a razão pela qual é raro encontrar estudos confiáveis que meçam a efetividade de programas. Isso se deve, portanto, à dificuldade de isolar a análise de determinada política pública da interferência de quaisquer outras variáveis intervenientes, isto é, à dificuldade de estabelecer uma relação de causalidade (FIGUEIREDO e FIGUEIREDO, 1986).

Já a avaliação da eficácia consiste em realizar um comparativo entre os objetivos explícitos do programa ou política pública e os seus resultados como, por exemplo, verificar as metas propostas pelo programa e as metas que realmente foram alcançadas. Esse tipo de avaliação é mais comum por ser mais factível e menos custoso, entretanto, apresenta o desafio de se obter informações confiáveis.

Por sua vez, a avaliação da eficiência trata da relação entre o esforço empregado na implementação de um programa ou política pública e os resultados obtidos. Um dos fatores que justificam a avaliação da eficiência é a escassez de recursos públicos que, conseqüentemente, exige maior racionalização de gastos. Além disso, é importante destacar que a eficiência é um objetivo democrático, já que o governo, ao dispor de recursos públicos e implementar programas e políticas públicas, está usando um dinheiro que não é seu (FIGUEIREDO e FIGUEIREDO, 1986). Os critérios de efetividade, eficácia e eficiência são resumidos no Quadro 2:

Quadro 2: Avaliação de Políticas Públicas quanto à Efetividade, Eficácia e Eficiência

CRITÉRIO	EXPLICAÇÃO
EFETIVIDADE	Exame da relação entre a implementação do programa e os impactos dela resultantes.
EFICÁCIA	Comparativo entre os objetivos explícitos do programa ou política pública e os seus resultados.
EFICIÊNCIA	Relação entre o esforço empregado na implementação de um programa ou política pública e os resultados obtidos.

Fonte: Arretche, 1998. Adaptado pelo autor.

3.6. Métodos de avaliação de políticas públicas

Dentre os métodos quantitativos de avaliação de políticas públicas existentes, cita-se como exemplo o método conhecido como “Diferença em Diferenças”, indicado para avaliações em que estejam disponíveis experimentos naturais e requer observações em diferentes momentos do tempo. Os experimentos naturais existem quando um evento externo, geralmente uma alteração de política do governo, modifica o ambiente no qual indivíduos, famílias, firmas ou cidades operam. Nesse caso, tem-se um grupo controle que não foi influenciado com a mudança e um grupo de tratamento que foi influenciado pelo evento (NERI e MEDRADO, 2010).

O experimento natural é um modelo quase-experimental, ou seja, os membros do grupo afetado pela política pública e os do grupo excluído não foram selecionados de forma aleatória. As características de ambos os grupos são parecidas, mas, por estarem separados fisicamente, uns foram beneficiados pelo programa governamental e outros não. Dessa maneira, ficam evidenciados dois grupos: o de controle, cujos componentes não receberam a política pública a ser avaliada, e o intitulado grupo de tratamento, cujos componentes se beneficiaram da política. A medida quantitativa do impacto na variável escolhida se baseia nos dados de ambos os grupos, anterior e posteriormente à execução da política pública (MENEQUIN e FREITAS, 2013).

Dentre os métodos qualitativos, as entrevistas objetivam obter opiniões declaradas, percepções individuais e relatos de experiências pessoais a respeito de assuntos de relevância para a pesquisa proposta. Elas variam de acordo com o grau de estruturação prévia (roteiro) e quanto ao número de indivíduos submetidos à entrevista. Em relação ao primeiro segmento, as entrevistas seguem roteiros total ou parcialmente predeterminados (estruturados ou semiestruturados), ou podem ser abertas. As entrevistas abertas se baseiam em questões centrais (preocupações avaliativas) e tiram proveito de sua indeterminação para abordar assuntos relevantes à pesquisa que o pesquisador não teria antevisto ou pensado em perguntar. Com respeito ao segundo ponto de variação, as entrevistas podem ser respondidas por indivíduos e por grupos de respondentes, o chamado grupo focal. Grupos focais são compostos por indivíduos que oferecem um espectro informativo de opiniões sobre

determinado assunto, com formações e características intencionalmente semelhantes ou diferentes, dependendo do objetivo da pesquisa, ou que reajam a uma discussão estimulada sobre um tópico que seja de mútuo interesse (IPEA, 2010).

Tem-se como segundo exemplo de instrumento de coleta de dados, empregado em avaliações qualitativas, as chamadas observações sistemáticas a respeito das ações, comportamentos e características de funcionamento do objeto avaliado. Ao contrário das entrevistas, a observação permite ao avaliador constatar o comportamento de fato e não apenas opiniões ou percepções declaradas, pois frequentemente existem diferenças importantes entre o que informantes dizem fazer e aquilo que efetivamente acabam fazendo em situações concretas. A observação sistemática apresenta duas modalidades: a direta e a participante. Na primeira, o observador acompanha o transcorrer de uma determinada atividade como ator externo, dedicado apenas a registrar passo a passo as ocorrências. Na segunda modalidade, o observador é parte do processo, participando de alguma forma da atividade. O registro das informações colhidas por meio de observações é feito comumente em cadernos de campo, os quais depois são sistematizados (agrupados e codificados) em conjunto com as entrevistas ou de forma separada (IPEA, 2010).

A pesquisa documental também poder ser um método qualitativo de coleta de dados, através de arquivos ou de fontes secundárias. É um processo descrito como engenharia reversa, pois envolve a “escavação” e “mapeamento” de fatos do passado e elos que explicam fenômenos do presente. A coleta e análise sistemática de documentos, dos mais variados tipos, podem ocorrer junto às organizações alvo de avaliação ou em instituições responsáveis por registros oficiais, como arquivos públicos, ou por produções bibliográficas, como bibliotecas.

Por fim, tem-se como exemplo de método qualitativo para avaliação de políticas públicas a aplicação de questionários. O questionário é um dos instrumentos mais comuns para coleta de dados. É um método de custo razoável, apresenta as mesmas questões para todas as pessoas, garante o anonimato e pode conter questões para atender finalidades específicas da pesquisa. Se aplicado de forma criteriosa, esse método apresenta elevada confiabilidade. Os questionários podem ser utilizados para medir opiniões, atitudes, comportamentos entre outras

questões, podendo incluir questões fechadas, abertas, de múltipla escolha, com resposta numérica ou do tipo sim ou não (BARBOSA, 2008).

Além da produção de dados, as pesquisas qualitativas envolvem instrumentos de análise que permitem a sistematização das informações de forma que possam servir como elementos descritivos ou explicativos dos fenômenos pesquisados. As técnicas de análise incluem o desenvolvimento de estudos de caso, comparação entre casos (*cross-case*) e no interior de casos (*within-case*), construção de tipologias, análise de narrativas e discursos (seja em falas ou documentos), análise de redes sociais e de interações entre indivíduos e grupos, rastreamento de processos (*process-tracing*) visando à explicitação da sequência de eventos que levam a um resultado, além de técnicas de história oral, as quais tentam interpretar o passado por meio do relato dos presentes, entre outras. As técnicas e ferramentas de análise se encontram em permanente evolução, uma vez que novas abordagens são constantemente desenvolvidas em resposta a novas demandas de avaliação e pesquisa (IPEA, 2010). Os métodos qualitativos de avaliação de políticas públicas são resumidos no Quadro 3.

Quadro 3: Métodos qualitativos de Avaliação de Políticas Públicas

MÉTODO	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
QUESTIONÁRIO	<ul style="list-style-type: none">- Garante o anonimato;- Questões objetivas de fácil pontuação;- Questões padronizadas garantem uniformidade;- Custo razoável.	<ul style="list-style-type: none">- Difícil pontuar questões abertas;- Pode apresentar itens ambíguos.
ENTREVISTA	<ul style="list-style-type: none">- Flexibilidade na aplicação;- Viabiliza esclarecimento de respostas.	<ul style="list-style-type: none">- Custo elevado;- Consome tempo na aplicação;- Não garante o anonimato;- Requer treinamento especializado.
OBSERVAÇÃO DIRETA	<ul style="list-style-type: none">- Capaz de captar o comportamento natural das pessoas;- Confiável.	<ul style="list-style-type: none">- Polarizada pelo observador;- Requer treinamento especializado;- Não garante anonimato;- Número restrito de variáveis.
ANÁLISE DOCUMENTAL	<ul style="list-style-type: none">- Baixo custo;- Informação é estável.	<ul style="list-style-type: none">- Dados incompletos ou desatualizados;- Dados difíceis de recuperar.
GRUPO FOCAL	<ul style="list-style-type: none">- Baixo custo e resposta rápida;- Flexibilidade na aplicação;- Adequado para medir o grau de satisfação das pessoas envolvidas.	<ul style="list-style-type: none">- Exige facilitador/moderador com experiência para conduzir o grupo;- Informações obtidas não podem ser generalizadas.

Fonte: Barbosa, 2008. Adaptado pelo autor.

4. METODOLOGIA

4.1. Tipo de Estudo

Para Marconi e Lakatos (2003, pag.155), a pesquisa é “um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais”. Marconi e Lakatos (2001) *apud* Souza (2012) abordam a pesquisa como um procedimento metodológico, analítico e reflexivo, que busca, de forma sistemática e crítica, descobrir novos fatos ou dados, independente do campo do conhecimento, com o objetivo de alcançar as possíveis respostas aos problemas, utilizando-se, para tanto, dos instrumentos técnicos, metodológicos e científicos.

Inicialmente, é possível caracterizar a presente pesquisa como um Estudo Multicaso, por envolver duas IES: a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG *Campus* Montes Claros e o Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – IFNMG *Campus* Montes Claros. O método multicaso permite maior abrangência dos resultados, ultrapassando os limites de unicidade de dados obtidos em um único objeto de estudo. O estudo multicaso é aquele no qual se analisam informações de diferentes organizações, ao contrário do estudo de caso que analisa apenas uma (YIN, 2005).

Do ponto de vista da natureza, esta pesquisa é Aplicada e, portanto, “objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigida à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais”. (KAUARK, 2010, p. 26). Neste caso, a aplicação da pesquisa serve como respaldo para a tomada de decisões quanto ao Programa Ciência sem Fronteiras (CsF).

Quanto à abordagem do problema, esta pesquisa é Qualitativa, pois levou em conta a relação dinâmica existente entre o sujeito e o mundo e não pode ser traduzida em números. Nesse tipo de pesquisa, são peças-chave a interpretação dos fenômenos e a consequente atribuição de significados. Ao contrário da pesquisa quantitativa, não necessita de uso de métodos e técnicas estatísticas (KAUARK, 2010). Além disso, os dados da pesquisa qualitativa tendem a ser analisados pelos pesquisadores de maneira indutiva. De acordo com Rampazzo (2005, pag. 59), “a abordagem qualitativa se baseia particularmente na fenomenologia de Edmund

Husserl (1859-1938). Na sua 'teoria do conhecimento', Husserl não privilegiou nem o 'sujeito' que conhece, nem o 'objeto' conhecido, mas a relação entre ambos". A pesquisa qualitativa permite a exploração da natureza complexa da organização social e do conjunto de variáveis que se articulam tanto no plano dos incentivos institucionais e organizacionais quanto no plano dos valores, percepções e práticas compartilhadas pelos indivíduos e grupos que executam políticas ou que são afetados por elas (IPEA, 2010).

A abordagem qualitativa foi escolhida para a presente pesquisa, pois essa abordagem possibilita a identificação, descrição, compreensão e disseminação de processos de aprendizagem, que em alguns casos solucionam até problemas de implementação não previstos pelos formuladores de políticas. Os métodos qualitativos de pesquisa permitem o preenchimento da lacuna entre decisões iniciais e resultados obtidos com descrições sobre os comportamentos, ações, valores, crenças, processos e contextos organizacionais. Assim, ao desvelar os elos entre decisões, ações e resultados – elementos que não seguem necessariamente um fluxo retilíneo -, a aplicação de métodos qualitativos cria possibilidades para explicações causais, isto é, capazes de descrever vinculações concretas e pormenorizadas entre causas e efeitos (processos, mecanismos etc.), e não apenas associações ou correlações entre variáveis (IPEA, 2010).

Do ponto de vista de seus objetivos, esta pesquisa se caracterizou como Exploratória, tendo como objetivo alcançar maior familiaridade com o problema, explicitando-o, e assumindo, normalmente, as formas de pesquisas bibliográficas ou estudos de caso (KAWARK, 2010). Além disso, esta pesquisa se caracterizou como Descritiva, por procurar descrever as características de determinada população que, neste caso, são estudantes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) em Montes Claros – MG que já participaram do Programa Ciências sem Fronteiras (CsF) e já retornaram às suas respectivas instituições de origem.

No tocante aos procedimentos técnicos, esta pesquisa se qualificou como um Levantamento, por envolver a interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer, os agraciados com a bolsa do Programa CsF (GIL, 2007).

4.2. Local de Estudo

O local de estudo da presente pesquisa, como já abordado, foram as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) da cidade de Montes Claros – MG, quais sejam: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) *Campus* Montes Claros e o Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG) *Campus* Montes Claros. As referidas IFES foram escolhidas como local de estudo por duas principais razões. A primeira, devido ao fato de quase a totalidade de seus cursos de nível superior se enquadrar nas áreas prioritárias contempladas no Programa Ciência sem Fronteiras (CsF), a saber: Engenharias e demais áreas tecnológicas; Ciências Exatas e da Terra; Biologia, Ciências Biomédicas e da Saúde; Computação e Tecnologias da Informação; Tecnologia Aeroespacial; Fármacos; Produção Agrícola Sustentável; Petróleo, Gás e Carvão Mineral; Energias Renováveis; Tecnologia Mineral; Biotecnologia; Nanotecnologia e Novos Materiais; Tecnologias de Prevenção e Mitigação de Desastres Naturais; Biodiversidade e Bioprospecção; Ciências do Mar; Indústria Criativa (voltada a produtos e processos para desenvolvimento tecnológico e inovação); Novas tecnologias de Engenharia Construtiva e Formação de Tecnólogos.

Na UFMG *Campus* Montes Claros funcionam, atualmente, seis cursos de graduação: Administração, Agronomia, Engenharia de Alimentos, Engenharia Agrícola e Ambiental, Engenharia Florestal e Zootecnia, dois cursos de Pós-Graduação *lato sensu* sendo um em “Recursos Hídricos e Ambientais” e o outro em “Residência Agrária” e três *stricto sensu*, mestrado em Produção Vegetal, mestrado em Produção Animal e outro mestrado em Sociedade, Ambiente e Território. Dos cursos citados, apenas o de Administração não se enquadra como área prioritária do Programa CsF. No IFNMG *Campus* Montes Claros, por sua vez, os dois cursos superiores atualmente oferecidos se enquadram como área prioritária do Programa CsF, a saber: Bacharelado em Ciência da Computação e Bacharelado em Engenharia Química.

A segunda razão que justificou a escolha do local de estudo foi o fato de o pesquisador residir na cidade de Montes Claros – MG, facilitando a coleta de dados através de maior acessibilidade e conseqüente redução de custos.

4.3. População e Amostragem

População ou Universo é o conjunto de indivíduos de interesse da pesquisa, isto é, o fenômeno a ser observado (KAWARK, 2010). A população desse estudo foi constituída por todos os alunos regularmente matriculados nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) da cidade de Montes Claros - MG que participaram do Programa Ciência sem Fronteiras (CsF) e retornaram à sua respectiva instituição de origem até 13 de abril de 2016 (data de início da coleta de dados). Teve-se como intento incluir no estudo todos os indivíduos que compunham a população ou universo da pesquisa, não se aplicando, assim, critérios de amostragem. A população de interesse da pesquisa compunha-se de 20 alunos, 18 da UFMG *Campus* Montes Claros e 02 alunos do IFNMG *Campus* Montes Claros.

4.4. Modelo conceitual e operacional

A metodologia de avaliação de política ou programa público, escolhida para esta pesquisa do ponto de vista do tempo foi de abordagem *ex post* ou somativa, haja vista que, para os respondentes, suas bolsas já foram implementadas e findadas e os mesmos já retornaram às suas IFES de origem. Para Lobo (1998) e Ala-Harja e Helgason (2000), esse tipo de avaliação lida com o julgamento geral do programa.

Quanto à posição do avaliador, adotou-se a perspectiva da avaliação externa, uma vez que, apesar de terem participado do programa, os respondentes não fizeram parte da organização e do planejamento do mesmo. Arretche (1998) destaca a importância de uma avaliação de política pública ser realizada por órgãos independentes, isto é, por aqueles que não são encarregados da execução da referida política. Isso, segundo a autora, evita o esforço no sentido de minimizar os fracassos da mesma. Indivíduos ou instituições independentes, portanto, têm maiores condições de responder à questão da relação entre políticas, seus processos e resultados.

Quanto ao ponto de vista do objeto, esta pesquisa avaliou processos pós-seleção dos bolsistas e impactos do Programa Ciência sem Fronteiras (CsF) sobre os mesmos. Garcia (2001), Carvalho (2003) e Costa e Castanhar (2003) destacam

que a avaliação de processos é aquela que detecta defeitos na elaboração de procedimentos, acompanha e avalia procedimentos de implantação do programa bem como identifica os obstáculos para tal, o que gera informações para sua reprogramação. Quanto à avaliação de impacto, Garcia (2001), Carvalho (2003) e Costa e Castanhar (2003) salientam que a avaliação de impactos é aquela que dá ênfase aos efeitos gerados pela política pública sobre os beneficiários e sobre a sociedade. O presente estudo concentrou-se na avaliação de impactos sobre os beneficiários do Programa CsF e buscou identificar os impactos quanto à manutenção de contato dos mesmos com a IES de destino após o retorno ao Brasil para fins de amizade, vínculo com a língua estrangeira, contato profissional e pesquisa acadêmica. Ademais, a pesquisa buscou identificar impactos do Programa CsF sobre os alunos no tocante ao alargamento de seus conhecimentos culturais, aprimoramento da língua estrangeira, respeito às diferenças, motivação para pesquisa dentre outros.

4.5. Coleta de dados

Escolheu-se o método qualitativo Interrogação para a coleta de dados. O instrumento de coleta foi do tipo questionário estruturado misto (Anexo I), dividido em quatro partes, e ofereceu a oportunidade de descrição aprofundada do contexto do Programa CsF. O referido instrumento de coleta foi aprovado no dia 12 de abril de 2016 pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) da Universidade Federal de Viçosa (UFV) através do Parecer Consubstanciado Nº 53951715.9.0000.5153. A primeira parte do questionário buscou realizar a identificação do perfil do respondente, englobando nome completo, idade, sexo, estado civil, Instituição de Ensino Superior (IES) de origem e receptora, curso, país de destino, mês e ano de início e final do intercâmbio. A segunda parte, composta pelas questões de 1 a 6, visou avaliar os processos pós-seleção dos bolsistas, salientando o grau de satisfação do bolsista em relação à forma como foi recebido na IES no país de destino, principais dificuldades encontradas durante a realização do intercâmbio, julgamento quanto ao subsídio financeiro recebido, desempenho de trabalho remunerado, nível de proficiência em língua estrangeira e informações recebidas antes e durante a realização do intercâmbio. A terceira parte, da questão

7 à 10, objetivou identificar os impactos do Programa sobre os bolsistas e, por fim, a quarta parte (questão 11) visou levantar sugestões de melhoria que poderiam ser implementadas no Programa CsF sob o ponto de vista dos beneficiários deste.

Os nomes e contatos dos estudantes que participaram do programa e retornaram à instituição de origem foram obtidos através das Secretarias de Graduação das respectivas IES. Após ser contactados por telefone, os alunos provenientes da UFMG *Campus* Montes Claros foram convidados a comparecer à sala da Coordenadoria de Planejamento e Infraestrutura do referido *Campus*, local de trabalho do autor desta pesquisa, que assistiu ao preenchimento do questionário físico em dias e horários de acordo com a disponibilidade dos alunos entre o período de 13 a 29 de abril de 2016. Para aplicação do questionário aos alunos provenientes do IFNMG *Campus* Montes Claros, o autor da pesquisa se deslocou ao referido *Campus* no dia 26 de abril de 2016 às 15:00 h, acompanhando o preenchimento do questionário nas dependências da Biblioteca do referido *Campus*, local e horário sugeridos pelos respondentes.

O questionário, segundo Gil (1999, p.128), pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”. O questionário foi aplicado de forma assistida, permitindo ao pesquisador esclarecer algumas perguntas aos entrevistados quando necessário, além de ter evitado a possibilidade de o questionário ser respondido por pessoas não adequadas, risco característico da aplicação não assistida. Seguindo orientações de Perrien (1986), as questões iniciais do questionário abordaram temas mais abertos, de fácil resposta, com o objetivo primordial de envolver o respondente e caracterizá-lo, e, logo após, foram inseridas questões mais fortemente ligadas aos objetivos da pesquisa. Adicionalmente, seguindo orientações de Marconi e Lakatos (1999), o questionário iniciou-se com uma nota explicando a natureza da pesquisa, sua importância e a necessidade de obter respostas, a fim de despertar o interesse do receptor.

4.6. Análise de dados

O método de análise de dados qualitativos escolhido para esta pesquisa foi a Análise de Conteúdo, que se trata de uma análise clássica e prática de materiais textuais, que trabalha com palavras ou expressões significativas encontradas nos textos e que objetiva ultrapassar as incertezas e enriquecer a leitura dos textos e dados coletados (MEDEIROS, 2012). A Análise de Conteúdo aplicada às respostas abertas do questionário seguiu três etapas: 1) a pré-análise, que consistiu em uma leitura flutuante do conteúdo das respostas dos bolsistas; 2) a exploração do material, buscando similaridades entre as respostas e a categorização das mesmas; 3) o tratamento dos resultados, envolvendo a interpretação destes e o entrecruzamento dos dados levantados com os objetivos do Programa CsF.

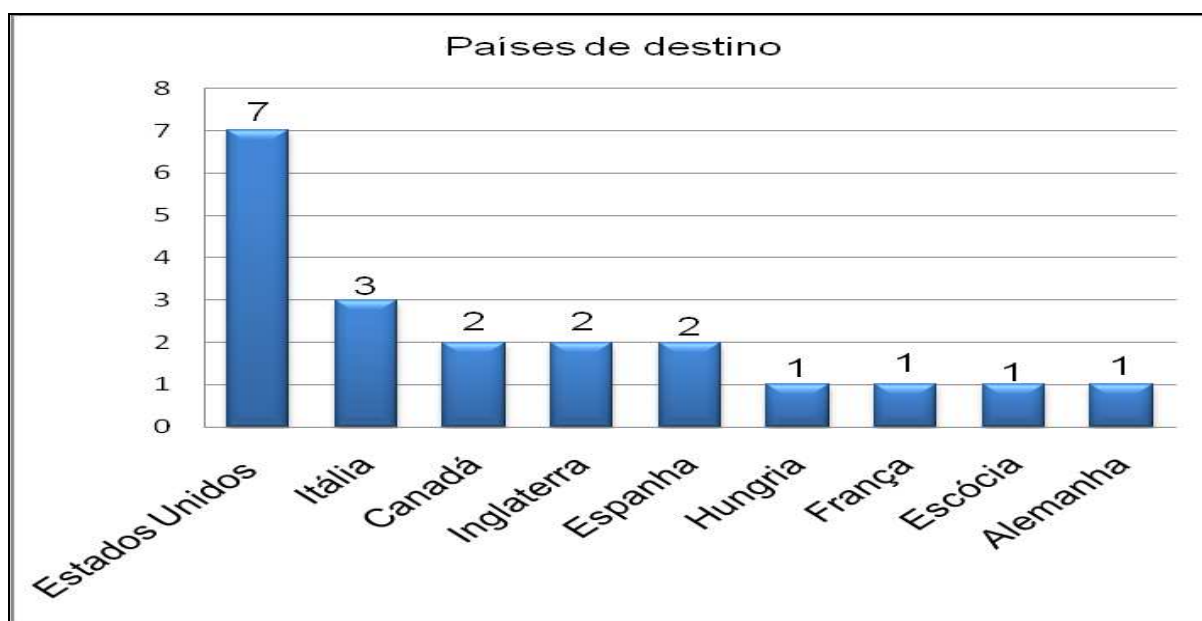
A análise qualitativa de dados objetiva compreender o caráter multidimensional dos fenômenos em sua manifestação natural, assim como captar os diferentes significados de uma experiência vivida (ANDRÉ, 1983), nesse caso, a experiência do intercâmbio. Inicialmente, buscou-se uma quantificação implícita para as questões fechadas bem como a tradução na busca de regularidades e diferenças nas respostas abertas. A população respondente foi descrita através de gráficos de frequências e as suas respostas foram posteriormente analisadas através da busca de padrões, tendências e relações de causa-efeito. As narrativas das respostas de alguns participantes foram apresentadas na íntegra para melhor expor a opinião dos alunos sobre sua respectiva experiência, entretanto, os mesmos foram identificados aleatoriamente como “respondente” a fim de preservar o anonimato. Ademais, não há correspondência entre os respondentes de mesma numeração apresentados nos quadros desta pesquisa.

5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

5.1. Caracterização da população da pesquisa

A população de interesse da pesquisa, isto é, os alunos das Instituições Federais de Ensino Superior da cidade de Montes Claros-MG, que participaram do Programa Ciência sem Fronteiras e retornaram à instituição de origem, compôs-se de 20 alunos, 18 da UFMG *Campus* Montes Claros e 02 alunos do IFNMG *Campus* Montes Claros. Salienta-se que se obteve sucesso no contato com todos os 20 indivíduos da população de interesse da pesquisa e todos responderam ao questionário de avaliação do Programa CsF de forma assistida, permitindo ao pesquisador tirar dúvidas aos alunos quanto a algumas questões específicas bem como garantir que o questionário fosse respondido pelas pessoas corretas. 70% da população compunham-se de mulheres e 30% de homens, o que se contrapõe aos dados gerais do Programa apresentados em seu Painel de Controle, que aponta para a maioria de bolsistas homens (56%). Os países de destino dos respondentes são apresentados abaixo:

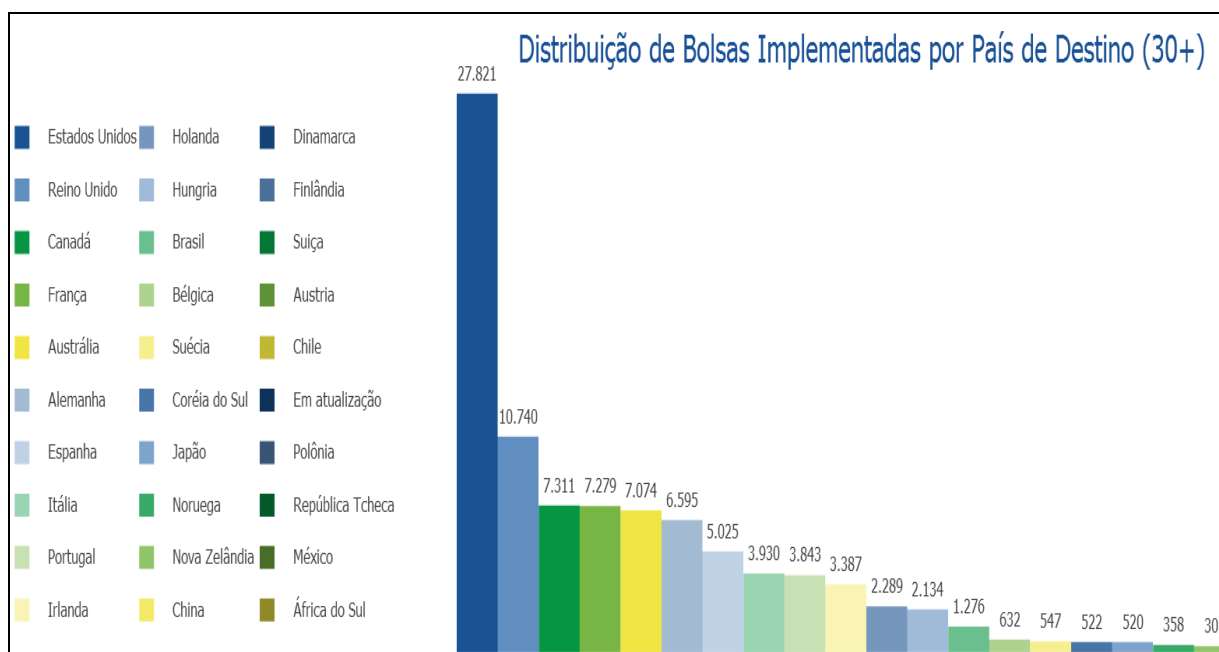
Figura 1: Países de destino dos respondentes da pesquisa



Fonte: Dados da pesquisa.

Destaca-se, a partir da figura 1, a Língua Inglesa como língua oficial do país de destino para 12 dos 20 respondentes (60%). A presente pesquisa confirma os dados gerais do Programa CsF, apresentados em seu Painel de Controle⁶, destacando os Estados Unidos como principal país de destino dos intercambistas do Programa:

Figura 2: Distribuição de bolsas implementadas por país de destino (dados gerais do Programa).



Fonte: Disponível em: <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/painel-de-control>

Algumas das universidades de destino dos respondentes foram: University of Arkansas, University of Idaho, University of Michigan, Southern Illinois University, Wayne State University, North Dakota State University, University of Toronto, University of Stirling, University of Surrey, Glasgow University, Universidad Salamanca e Université Stendhal. Dentre elas, apenas uma (University of Michigan) está dentro das 30 melhores universidades do mundo, de acordo com *ranking* de 2015 da Revista Exame⁷.

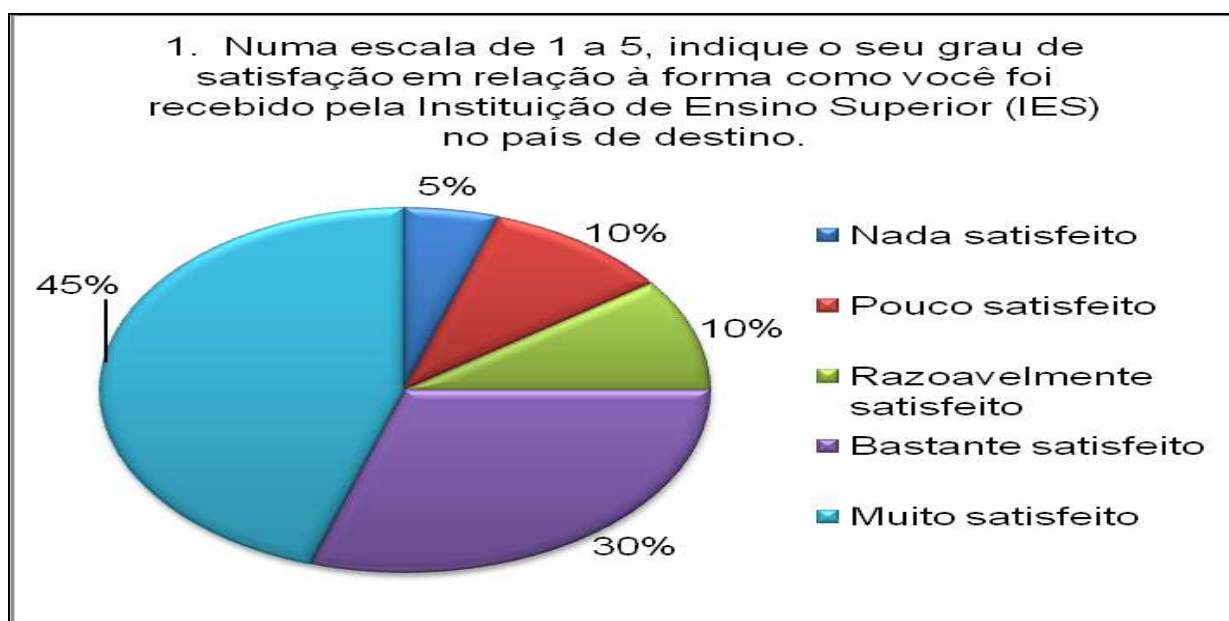
⁶ Disponível em <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/painel-de-control>

⁷ Disponível em <http://exame.abril.com.br/carreira/noticias/as-30-melhores-universidades-do-mundo-em-2015/lista>

5.2. Avaliação de processos pós-seleção no Programa Ciência sem Fronteiras (CsF)

5.2.1. Recepção na Instituição de Ensino Superior (IES) no país de destino

Figura 3: Recepção na IES no país de destino



Fonte: Dados da pesquisa

Através da figura 3, percebe-se que o grau de satisfação dos alunos quanto ao processo de recepção na IES no país de destino é um ponto positivo no Programa CsF, evidenciado pelo somatório de 75% para as respostas “Muito satisfeito” e “Bastante satisfeito”. Objetivando detalhar esse grau de satisfação, os alunos foram solicitados a responderem de forma discursiva o aspecto mais e o menos positivo no acolhimento pela instituição receptora.

Concernente ao aspecto mais positivo, 75% das respostas realçaram o pessoal bem informado e preparado para receber os alunos; disponibilidade imediata para atendimento; eventos voltados especificamente para a recepção de intercambistas; paciência e receptividade dos funcionários. Ademais, 20% das respostas evidenciaram a ótima infraestrutura da IES receptora para esse acolhimento.

Relativamente ao aspecto menos positivo, 79% das respostas frisaram falhas de comunicação durante a recepção dos alunos, algumas delas relacionadas à falta

de proficiência adequada em língua estrangeira. Expõem-se abaixo, na íntegra, as respostas de alguns estudantes para melhor transmitir a opinião dos mesmos sobre sua respectiva experiência.

Quadro 4: Respostas individuais quanto ao aspecto menos positivo do acolhimento na IES

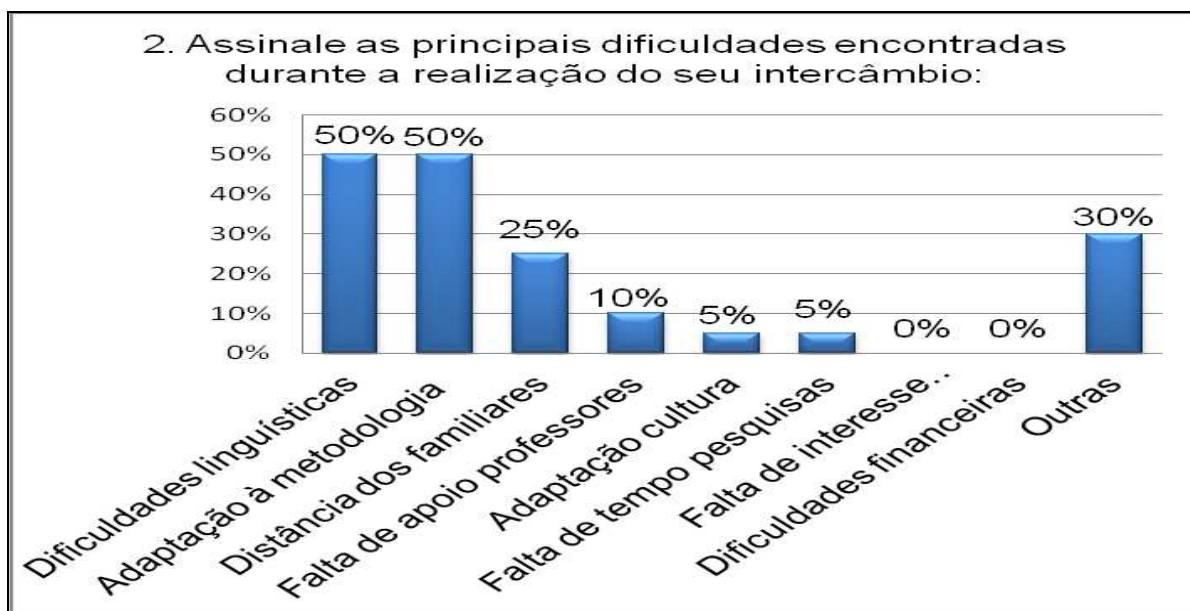
RESPONDENTE	DESCRIÇÃO
1	“Apesar do nível atual em alemão, a dificuldade linguística era muito forte”.
2	“Não entendimento da língua de imediato”.
3	“Ausência de um funcionário que falasse português no momento da recepção”.
4	“Domínio razoável do Inglês por parte dos húngaros”.
5	“Falhas na comunicação de eventos da recepção”.

Fonte: Dados da pesquisa

Aplicando-se a técnica de Análise de Conteúdo para as respostas supracitadas, chama à atenção a perspectiva do estudante “3” que sentiu falta de um funcionário da IES receptora que falasse português no momento do acolhimento. Ora, se o referido estudante teve o seu intercâmbio internacional aprovado pela gestão do Programa CsF, tem-se como pressuposto que o seu domínio da língua estrangeira estivesse em um nível compatível ao menos para o contato inicial durante a recepção, mesmo que um curso de língua estrangeira tivesse sido planejado no país de destino antes do início das atividades acadêmicas. Esse exemplo, portanto, ressalta uma falha no processo de seleção de candidatos do Programa CsF.

5.2.2. Principais dificuldades encontradas durante a realização do intercâmbio

Figura 4: Principais dificuldades encontradas durante o intercâmbio



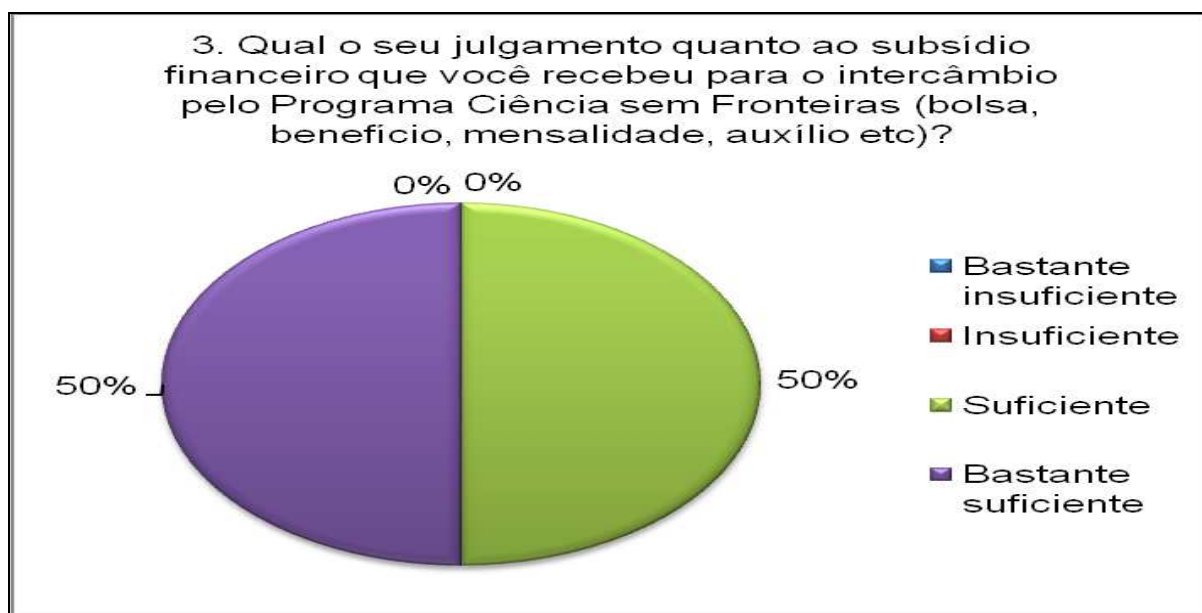
Fonte: Dados da pesquisa

É importante destacar que, nesta questão, permitiu-se ao respondente assinalar mais de uma resposta. Dentre as principais dificuldades encontradas durante a realização do intercâmbio, apresentadas na figura 4, ressaltam-se as dificuldades linguísticas e dificuldades de adaptação à metodologia de ensino e pesquisa da IES de destino. Primeiramente, as dificuldades linguísticas, confirmadas por 50% dos respondentes, nessa questão extrapolam o momento de acolhimento dos estudantes especificamente e ganham destaque como obstáculo para o bom desenvolvimento das atividades durante a realização do intercâmbio como um todo. Segundo, no que diz respeito à dificuldade de adaptação à metodologia de ensino e pesquisa na IES receptora, confirmada por 50% dos respondentes, evidencia-se uma possibilidade de melhoria para o Programa CsF em próximos editais no sentido de avaliar melhor, anteriormente ao intercâmbio, a compatibilidade de grade curricular entre a IES de origem e a receptora. Ademais, sugere-se a realização de treinamento com os estudantes intercambistas antes de iniciarem as atividades acadêmicas, apresentando detalhadamente a metodologia aplicada na IES de destino e formas de avaliação.

Dos respondentes, 30% adicionaram outros obstáculos que variaram entre dificuldade em encontrar moradia, mau relacionamento entre intercambistas e professores da IES receptora, incompatibilidade de disciplinas, difícil adaptação ao clima e preconceito com estudante mulher latina.

5.2.3. Julgamento quanto ao subsídio financeiro

Figura 5: Subsídio financeiro recebido para o intercâmbio



Fonte: Dados da pesquisa

Por meio da figura 5, percebe-se que o subsídio financeiro concedido ao estudante é um ponto muito positivo no Programa CsF, salientado pelo somatório de 100% para as respostas “Suficiente” e “Bastante suficiente”.

5.2.4. Desempenho de trabalho remunerado durante o intercâmbio

Figura 6: Desempenho de trabalho remunerado durante o intercâmbio



Fonte: Dados da pesquisa

Verifica-se através da figura 6 que quase a totalidade dos respondentes não desempenhou trabalho remunerado durante o intercâmbio (95%), sendo apenas 1 que o fez (5%), trabalhando no restaurante da Universidade de destino e não apresentou dificuldades de conciliá-lo com as atividades acadêmicas do intercâmbio. É importante mencionar que os editais do Programa CsF permitem ao estudante o trabalho em meio período, apenas dentro da IES receptora e somente após o 2º semestre acadêmico.

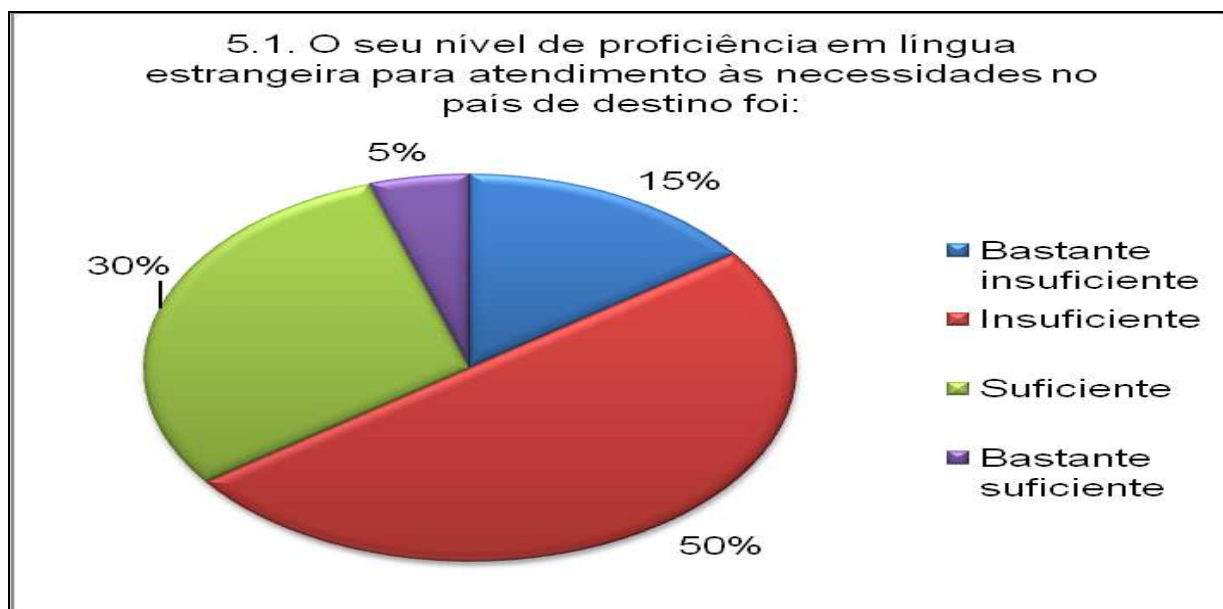
5.2.5. Realização de Teste de Proficiência em língua estrangeira

Verificou-se através desta pesquisa que quase a totalidade dos respondentes realizou teste de proficiência em língua estrangeira antes de ser aprovado no Programa CsF (95%), sendo apenas 1 que não o fez (5%). A chamada da qual este último estudante participou foi um caso de reopção de Portugal, isto é, o referido aluno optou inicialmente por realizar o intercâmbio em Portugal, entretanto, devido ao elevado número de estudantes interessados, superior à capacidade de alocação em universidades portuguesas, uma nova chamada foi aberta para que o aluno

escolhesse outro país de destino dentre algumas opções oferecidas pelo Programa. Para esse caso específico, o estudante escolheu os Estados Unidos como país de destino e teve o seu intercâmbio aprovado sem realizar um teste de proficiência em Inglês anteriormente à sua partida. Ressalta-se mais uma vez uma falha no processo de seleção de candidatos no Programa CsF, entretanto, percebe-se, pelo gráfico 7, que trata-se de uma exceção dentre os respondentes.

5.2.6. Autoavaliação do nível de proficiência em língua estrangeira para atendimento às necessidades no país de destino

Figura 7: Autoavaliação do nível de proficiência em língua estrangeira



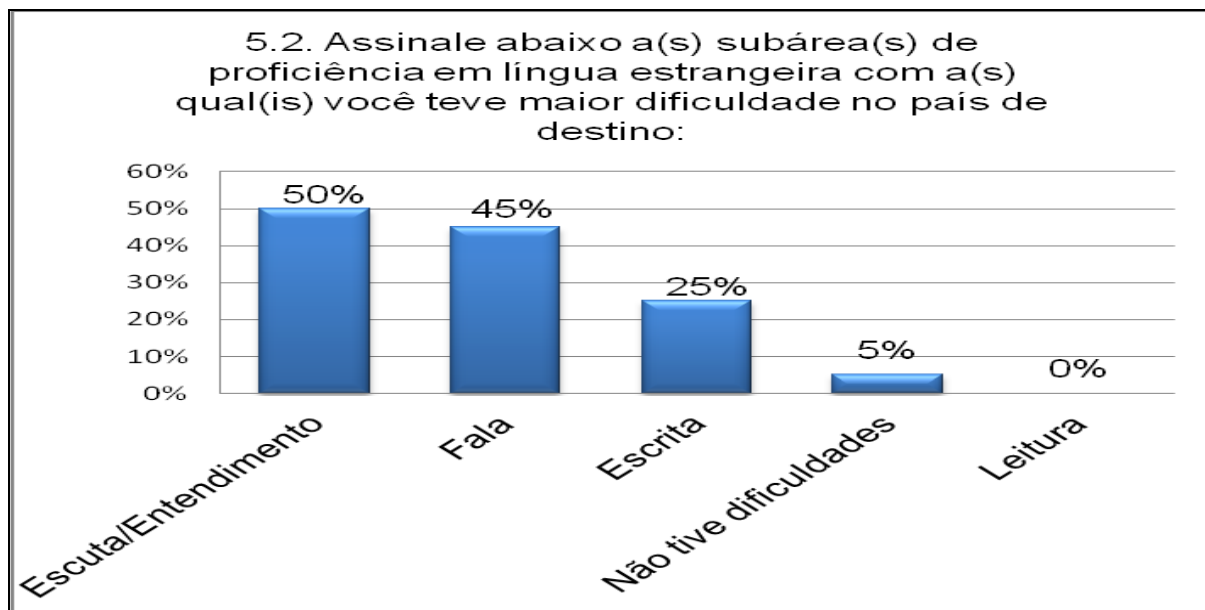
Fonte: Dados da pesquisa

O gráfico 8 aponta uma deficiência do Programa CsF quanto ao nível de proficiência em língua estrangeira por parte dos intercambistas, evidenciada pelo somatório de 65% das respostas “Insuficiente” e “Bastante insuficiente”. Uma interpretação maior ainda pode ser aceita: entrelaçando os gráficos 7 e 8, percebe-se que, apesar de quase a totalidade dos intercambistas terem realizado teste de proficiência em língua estrangeira antes de sua aprovação no Programa e de alguns terem realizado curso de idioma por um curto período no país de destino antes do início das atividades acadêmicas, o nível de proficiência ficou aquém do necessário

para o bom atendimento das demandas no país de destino, dentro e fora da IES receptora.

5.2.7. Principais dificuldades quanto à língua estrangeira por subárea

Figura 8: Principais dificuldades quanto à língua estrangeira por subárea



Fonte: Dados da pesquisa

No tocante às subáreas de proficiência em língua estrangeira, os respondentes apontaram que tiveram maior dificuldade com a Escuta/Entendimento (50%), Fala (45%) e Escrita (25%). Salienta-se que a subárea “Leitura” não foi apontada por nenhum respondente como maior dificuldade.

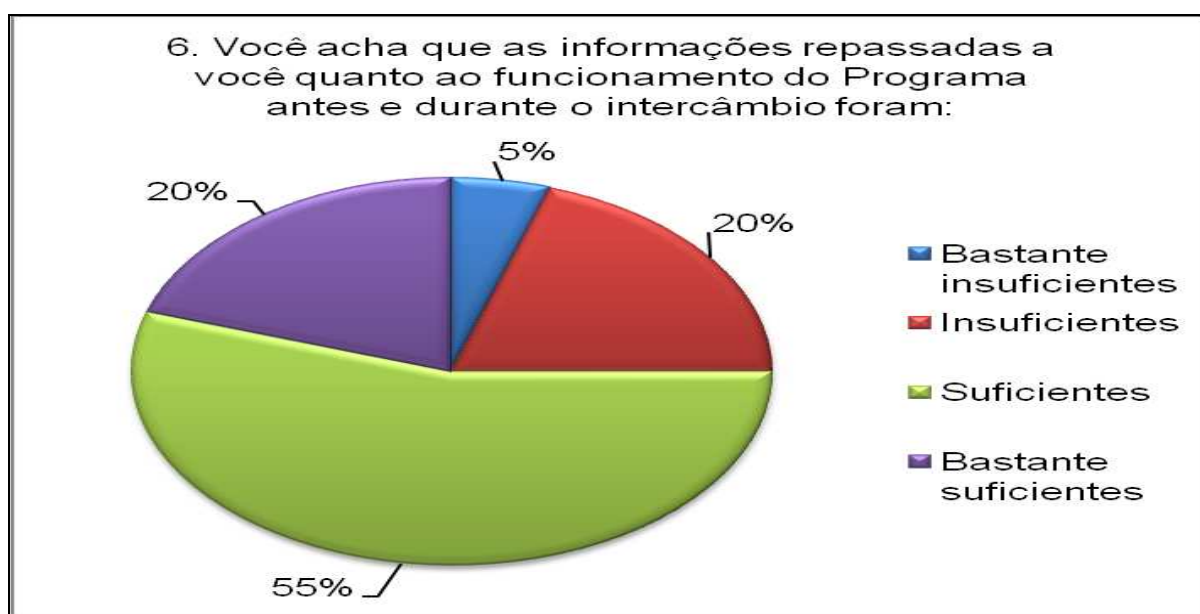
É interessante observar que as principais dificuldades quanto à língua estrangeira por subárea (Escuta/Entendimento, Fala e Escrita), apontadas nesta pesquisa, são confirmadas pela iniciativa do governo federal através do Programa Idioma sem Fronteiras (IsF)⁸. O Programa conta atualmente com 63 núcleos em universidades federais para ofertar cursos presenciais de inglês. Os cursos visam enfatizar o desenvolvimento da comunicação *oral e escrita* (grifo meu), o conhecimento de culturas acadêmicas em países onde se usa a língua inglesa no ensino superior e a interação aluno-aluno e professor-aluno. Desenvolvido pelo Ministério da Educação (MEC) por intermédio da Secretaria de Educação Superior

⁸ Disponível em: <http://isf.mec.gov.br/>

(SESu) em conjunto com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), “o programa Idiomas sem Fronteiras (IsF) tem como principal objetivo incentivar o aprendizado de línguas, além de propiciar uma mudança abrangente e estruturante no ensino de idiomas estrangeiros nas universidades do País”. O IsF foi elaborado com o objetivo de proporcionar oportunidades de acesso, através do programa Ciência sem Fronteiras e de outros programas de mobilidade estudantil, a universidades de países onde a educação superior é conduzida em sua totalidade ou em parte por meio de línguas estrangeiras. Neste sentido, suas ações também atendem a comunidades universitárias brasileiras que passam a receber um número cada vez maior de professores e alunos estrangeiros em seus *campi*. Para atender tal demanda, suas ações incluem a oferta de cursos a distância e cursos presenciais, além da aplicação de testes de proficiência.

5.2.8. Informações repassadas aos estudantes antes e durante o intercâmbio

Figura 9: Informações repassadas aos estudantes antes e durante o intercâmbio



Fonte: Dados da pesquisa

As informações repassadas aos estudantes antes e durante o intercâmbio é um ponto muito positivo no Programa CsF, salientado pelo somatório de 75% para as respostas “Suficientes” e “Bastante suficientes”. Entrecruzando o gráfico 10 com as

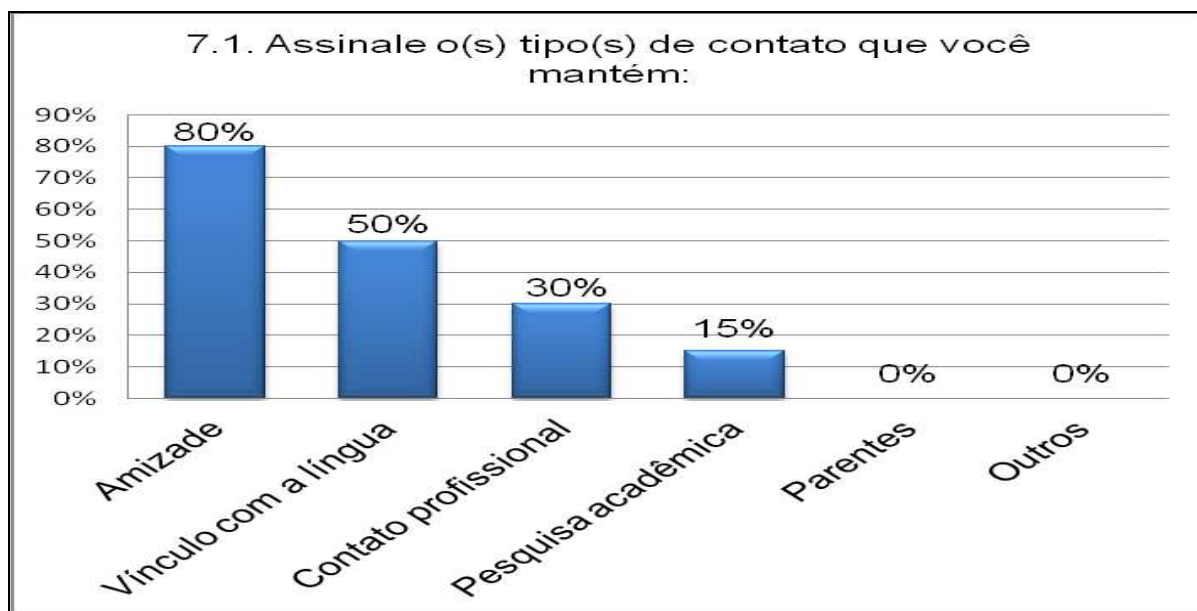
respostas discursivas concernentes ao aspecto menos positivo na recepção pela IES de destino, percebe-se que, apesar dos problemas iniciais na comunicação durante o acolhimento devido à falta de proficiência em língua estrangeira por parte dos intercambistas, essa deficiência não impactou negativamente e de forma expressiva a compreensão das informações repassadas aos estudantes durante o intercâmbio.

5.3. Avaliação de impactos do Programa Ciência sem Fronteiras (CsF) na perspectiva dos beneficiários

5.3.1. Manutenção de contato com a IES de destino após retorno ao Brasil

Verificou-se por meio desta pesquisa que os intercambistas do Programa CsF, em sua maioria (85%), não perderam o contato com a IES de destino após o seu retorno ao Brasil, o que pode ser considerado um impacto positivo do Programa. Adicionalmente, os alunos que responderam que ainda mantêm contato com a IES estrangeira foram questionados quanto à natureza desse contato, lembrando-se que foi permitida a marcação de mais de uma alternativa.

Figura 10: Tipo de contato mantido com a IES estrangeira após retorno ao Brasil



Fonte: Dados da pesquisa

Analisando-se alguns dos objetivos⁹ do Programa Ciência sem Fronteiras (CsF) e os confrontando com o gráfico 12, algumas reflexões se tornam possíveis. Primeiramente, o Programa CsF tem como objetivo “Aumentar a presença de pesquisadores e estudantes de vários níveis em instituições de excelência no exterior” e conclui-se que esse objetivo pode ser considerado alcançado pela simples execução do intercâmbio. Entretanto, levando-se em consideração a sustentabilidade da presença de pesquisadores nas instituições de excelência no exterior, nota-se, a partir do gráfico 12, que a pesquisa acadêmica (15%) e o contato profissional (30%) não são expressivos como motivo da manutenção de contato do estudante do Programa CsF com a IES receptora após o retorno ao Brasil. Por outro lado, destaca-se o motivo “amizade” (80%), isto é, a manutenção de contato com a IES de destino está mais relacionada à dimensão pessoal do que profissional e acadêmica.

Dos 20 respondentes à pesquisa, apenas 3 estudantes assinalaram que não mantêm contato com alunos/professores da IES estrangeira e não se pode deixar de mencionar que todos eles tiveram como país de destino a Itália, cada um em uma Universidade distinta. Os referidos estudantes foram questionados a esclarecerem o

⁹ Disponível em <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/objetivos>

motivo da ausência de contato, cujas respostas são expostas abaixo na íntegra para melhor transmitir a opinião dos mesmos sobre sua respectiva experiência:

Quadro 5: Respostas individuais quanto ao motivo da ausência de contato com a IES estrangeira após o retorno ao Brasil

RESPONDENTES	DESCRIÇÃO
1	“O contato já foi difícil lá, então, torna-se mais difícil manter após o retorno”.
2	“Eles não demonstram interesse em fazer e manter contato”.
3	“Durante o intercâmbio não tive um contato muito próximo com alunos/professores”.

Fonte: Dados da pesquisa

As respostas supracitadas apontam para uma falha do Programa CsF no tocante à comunicação entre alunos e professores da Itália e os intercambistas brasileiros nesse país, o que pode influenciar o impacto do Programa na vida acadêmica e profissional dos estudantes. Não cabe nesta oportunidade investigar cientificamente as dificuldades de contato entre os alunos e professores italianos e os intercambistas brasileiros, entretanto, o presente estudo as salienta aqui como oportunidade de melhoria.

5.3.2. Avaliação do impacto do Programa CsF na vida pessoal e profissional

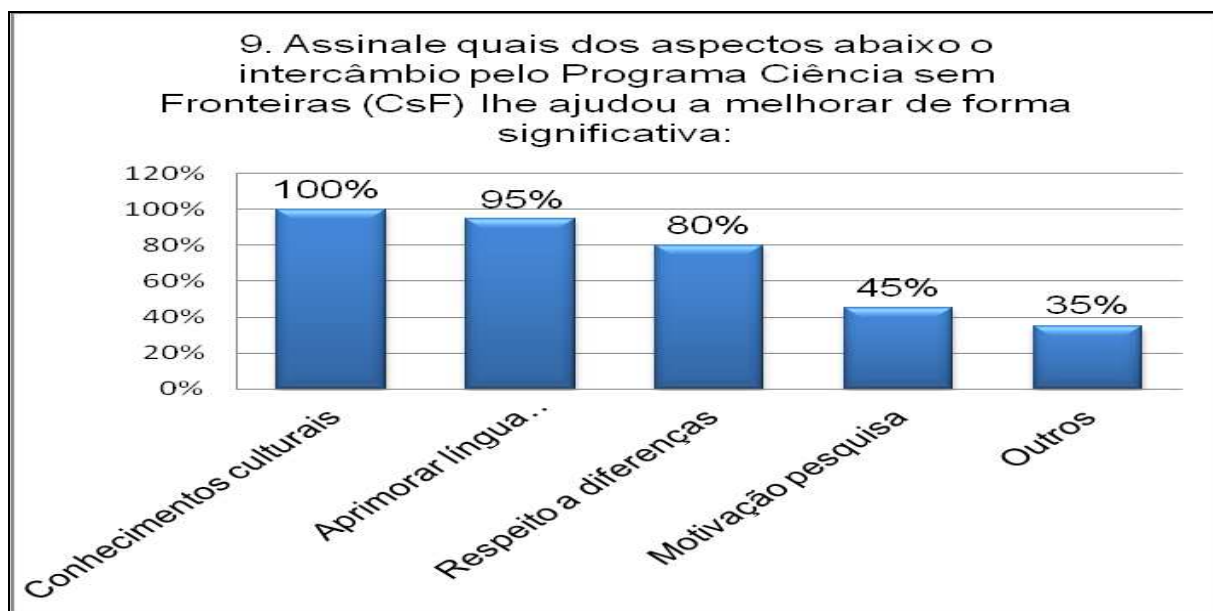
Figura 11: Avaliação do impacto do Programa CsF na vida pessoal e profissional



Fonte: Dados da pesquisa

O impacto do Programa CsF na vida pessoal e profissional dos respondentes é um ponto positivo de destaque, evidenciado na figura 11 pelo somatório de 100% para as respostas “Impacto positivo” e “Impacto muito positivo”. Os respondentes também foram solicitados a assinalarem alguns aspectos que foram melhorados de forma significativa através do intercâmbio pelo Programa CsF e os resultados são expostos abaixo na figura 12, lembrando-se que, nesta questão, foi permitida a marcação de mais de uma alternativa:

Figura 12: Aspectos que foram melhorados de forma significativa através do CsF



Fonte: Dados da pesquisa

A partir da figura 12, verifica-se que a totalidade dos estudantes considerou que o Programa CsF contribuiu de forma significativa para que pudessem alargar seus conhecimentos culturais. Neste ponto, é importante retomar o gráfico 4, o qual expõe que apenas 5% dos respondentes enfrentaram dificuldades de adaptação à cultura do país de destino durante o intercâmbio.

O aprimoramento da língua estrangeira, por sua vez, foi apontado por 95% dos respondentes como um aspecto que foi melhorado de forma significativa através do intercâmbio pelo Programa CsF. Entrelaçando os gráficos 14, 4 e 8, percebe-se que, apesar de grande parte dos respondentes (65%) ter considerado o seu nível de proficiência ou “Insuficiente” ou “Bastante insuficiente” para atendimento das necessidades no exterior (gráfico 8), representando uma dificuldade encontrada durante o intercâmbio para 50% dos respondentes (gráfico 4), o Programa CsF gerou um impacto muito positivo nos estudantes no que diz respeito ao aprimoramento da língua estrangeira (gráfico 14). É salutar que se destaque também que esse impacto positivo fortalece um dos objetivos do Programa CsF, exposto em seu sítio eletrônico oficial¹⁰, a saber: promover a inserção internacional das instituições brasileiras.

¹⁰ <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csff/objetivos>

5.3.3. Significado da experiência internacional para o estudante

Os estudantes foram convidados a expor, de forma discursiva, o que a experiência internacional vivida significou para eles. Objetivando melhor transmitir a opinião dos mesmos, as respostas são expostas abaixo na íntegra.

Quadro 6: Respostas individuais quanto ao significado da experiência internacional

RESPONDENTE	DESCRIÇÃO
1	“O intercâmbio foi extremamente enriquecedor profissional e pessoalmente, expandindo conhecimentos e autocrítica. Despertou interesse por outras culturas e o interesse em estudar no exterior novamente”.
2	“Oportunidade para consolidar o idioma Inglês e conhecer o método de estudo e pesquisa em uma universidade renomada, o que possibilitou abrir novas portas e a perspectiva de voltar ao exterior para mestrado/doutorado”.
3	“Estudar no exterior foi uma maneira de expandir os conhecimentos da minha área acadêmica, melhorar meu conhecimento da língua e aprender lidar com culturas diferentes da minha”.
4	“Uma palavra que resume o intercâmbio para mim seria "incrível", devido ao conhecimento cultural e linguístico adquirido, além da desenvoltura que desenvolvi ao sair da minha 'zona de conforto'”.
5	“A inserção em um país com outro idioma, história e cultura contribui imensamente, principalmente para o crescimento pessoal do estudante, o que reflete diretamente na vida profissional”.
6	“O intercâmbio abre a mente do aluno a universos diferentes e a aprender coisas diferentes; aprende a dar valor nas coisas mais importantes da vida e fornece larga experiência na área profissional e pessoal”.
7	“O intercâmbio me proporciona uma visão mais ampla do mundo e de sua diversidade. Pude observar e questionar os hábitos e costumes dos brasileiros e dos Americanos, questionar meus próprios hábitos e, assim, buscar melhoria na minha vida pessoal, profissional e social”.
8	“Foi uma experiência única, onde eu pude ter um crescimento pessoal tanto do lado profissional, acadêmico e humano. Esta experiência me motivou a conhecer mais sobre os problemas e desafios que o Brasil enfrenta”.
9	“Foi uma experiência única na minha vida, me ajudou muito e abriu novas portas na minha vida acadêmica e profissional”.

10	"Muito proveitosa e gratificante. Melhorou minha vida acadêmica, pessoal, conhecimentos linguísticos e culturais".
11	"A oportunidade de morar fora do país e ainda poder me qualificar foi incrível, o conhecimento adquirido neste um ano é imensurável".
12	"Grande impacto cultural inicialmente, enriquecimento linguístico e não só o Italiano, aprendizado de conteúdos inacessíveis na área de Agronomia, dificuldades com questões habitacionais e de saúde".
13	"Foi uma experiência única e intensa, foi de grande importância nos aspectos profissional e cultural. Essa experiência me ajuda a ver o mundo com outros olhos e almejar grandes coisas para minha vida".
14	"No meu caso específico, relato a oportunidade de ver com meus próprios olhos que o processo que busco aqui (Agricultura mais sustentável) funciona em outros lugares e não só no norte de Minas. Fato que motiva a continuar nessa luta!".
15	"A expansão dos horizontes e possibilidades é com certeza o maior benefício do meu intercâmbio. O autoconhecimento e o crescimento pessoal e acadêmico dão sustentação a essa expansão de horizontes. Elevando-se a possibilidade de sucesso profissional".
16	"Intercâmbio é levar sua cultura para dentro de outra e miscigenar os conhecimentos. Aprende-se muito mais sobre a vida e ajuda a aceitar que existem diferenças de conceitos e opiniões e que todos podem estar certos".
17	"Com a experiência do intercâmbio, aprendi a ver o mundo de outra forma e foi instigada em mim a vontade de crescer e conhecer o mundo, outros países".
18	"Posso resumir como o melhor ano da minha vida. Consegui cumprir todas as minhas metas: aprender uma língua, passar em todas as disciplinas, fazer pesquisa e viajar".
19	"Crescimento pessoal e profissional; uma experiência em uma língua estrangeira".
20	"O CSF proporciona uma nova forma de "comunicar-se", as relações entre as pessoas se tornam mais próximas, você aprende a valorizar coisas simples; o mundo fica cada vez mais palpável".

Fonte: Dados da pesquisa

Após aplicação da técnica de Análise de Conteúdo, foi possível categorizar as três respostas mais comuns, expostas no quadro 7:

Quadro 7: Categorização dos Significados da Experiência Internacional

Categoria	Total de respostas	Identificação dos respondentes
Categoria 1: Reconhecimento do crescimento profissional ou acadêmico.	11 (55%)	1; 3; 5; 6; 7; 8; 9; 10; 13; 15; 19.
Categoria 2: Reconhecimento da melhoria do domínio da língua estrangeira.	8 (40%)	2; 3; 4; 5; 10; 12; 18; 19.
Categoria 3: Expressão de vontade de retornar ao exterior.	3 (15%)	1; 2; 17.

Fonte: Dados da pesquisa

Apesar de o gráfico 12 demonstrar que a pesquisa acadêmica e o contato profissional não foram expressivos como motivo da manutenção de contato do estudante do Programa CsF com a IES receptora após o retorno ao Brasil, a Categoria 1 indica que, ao menos durante a realização do intercâmbio, o crescimento profissional e acadêmico foi reconhecido pelos estudantes. Ademais, as Categorias 2 e 3 reforçam dois dos objetivos centrais do Programa CsF, a saber: investir na formação de pessoal altamente qualificado nas competências e habilidades necessárias para o avanço da sociedade do conhecimento; aumentar a presença de pesquisadores e estudantes de vários níveis em instituições de excelência no exterior.

5.4. Sugestão de melhorias para o Programa CsF na perspectiva dos estudantes

Ao final do questionário, os estudantes foram convidados a expor, de forma discursiva, as melhorias que poderiam ser implementadas no Programa CsF. Assim como feito para o relato do significado da experiência internacional, as respostas são expostas na íntegra no quadro 8, objetivando melhor transmitir a opinião dos mesmos.

Quadro 8: Respostas individuais quanto a sugestões de melhoria para o Programa CsF

RESPONDENTE	DESCRIÇÃO
1	“Selecionar melhor os alunos contemplados; excluir o programa de graduação sanduíche, limitando-o a bolsas de pós-graduação; ampliar a oportunidade de estágios/pesquisas no exterior para alunos de graduação, eliminando as disciplinas isoladas; monitoramento de desempenho dos alunos (o aluno não tem a obrigação de passar nas disciplinas e/ou ter frequência); contemplação de bolsas para alunos com baixo conhecimento de inglês que os prejudicaram no entendimento da disciplina e no relacionamento com outras pessoas; o curso de Inglês oferecido para os alunos sem proficiência é ineficaz”.
2	“Melhorar a cobrança de resultados acadêmicos. Pessoas de um nível socioeconômico mais alto não se preocupam em estudar e somente viajar e denigrem a imagem dos outros estudantes interessados e comprometidos com o programa”.
3	“Maior cobrança em relação a desempenho acadêmico, mais parcerias com instituições para ser realizados estágios profissionais”.
4	“O programa possui uma excelente ideia, porém falta organização, uma melhor seleção dos alunos que serão beneficiados, uma análise melhor do custo que cada aluno terá, falta também uma interação maior entre a universidade de origem e a universidade receptora, o maior diálogo entre o governo e as universidades estrangeiras cobrando o "retorno" do aluno”.
5	“Melhorias poderiam ser feitas no atendimento ao aluno dentro da universidade e também com relação ao desempenho, notas e estágios (mais informação)”.
6	“A forma de recrutamento dos estudantes, exigir níveis de proficiência mais elevados, exigir maior desempenho dos estudantes na IES no exterior”.
7	“Acredito que as IES brasileiras deveriam se posicionar melhor em termos de informar melhor os seus estudantes quanto aos cursos a ser escolhidos no exterior bem como os procedimentos de aproveitamento de estudos. Acredito também que todos os estudantes brasileiros deveriam ter treinamento (por meio dos cursos de língua oferecidos pelas universidades de destino) para melhor adaptação à metodologia de ensino no país estrangeiro, visando melhor aproveitamento e performance nos estudos acadêmicos”.
8	“As informações foram suficientes, porém deveriam ser mais claras e diretamente comunicadas aos intercambistas (maior facilidade de acesso às instituições coordenadoras do programa)”.
9	“Poderia existir um programa de pesquisa bem definido para os alunos selecionados, as matrículas deveriam ser pré-definidas e os alunos deveriam

	voltar encaixados em programas científicos”.
10	“Aumentaria o tempo para o preparo da viagem (tempo para tirar o passaporte, visto etc). Na minha chamada, esse tempo foi curto, mas não sei como foi nas outras chamadas”.
11	“Cada país de destino tem uma dinâmica própria de recepção e acolhimento dos intercambistas. Quanto à Itália, deveria haver uma recepção desde a chegada no aeroporto, pois os intercambistas de reopção de Portugal não sabiam o idioma. Por isso também, o curso de idioma deveria ter sido por mais tempo (foi apenas 1 mês). E na Universidade deveria ter um professor para orientar os estudantes mais diretamente, pois a dinâmica da Universidade é totalmente diferente, assim, o intercambista poderia aproveitar melhor a Instituição, quanto ao ensino e pesquisa”.
12	“O programa deve continuar, abrir mais vagas e fornecer um tempo maior para maior interação e por que não até uma graduação inteira em universidades fora do Brasil”.
13	“Permissão para trabalho em meio período e apoio significativo e tratamento igualitário para os alunos para que os mesmos façam estágio de verão”.
14	“Poderia melhorar a acolhida do estudante no país de destino e dar uma assistência maior antes da partida do aluno, apresentando a universidade e o local”.
15	“Acho que o programa está ótimo. A única coisa que poderia ser melhorada é a maneira que a ajuda de custo é repassada. Deveria ser mensalmente e não de 3 em 3 meses”.
16	“As equipes das universidades receptoras deveriam ser melhor informadas para ajudar seja com relação às diferenças de organização entre as universidades, os métodos de avaliação, as possibilidades de pesquisa e extensão, como também em relação à utilização de sistemas públicos como saúde e transporte”.
17	“Maior direcionamento para pesquisa. Inclusão da totalidade dos cursos (humanas e sociais aplicadas). Disponibilizar vagas para países latino americanos e africanos, fomentando, assim, a maior integração acadêmica e tecnológica entre os países de ambos continentes para com o Brasil”.
18	“Escolher melhor as universidades parceiras, pois a que eu fui estudar fez muito pouco para auxiliar os estudantes estrangeiros”.
19	“Melhor competência da Instituição Internacional de Ensino que, por muitas vezes atrasou a entrega de documentos fundamentais, tais como liberação de documentos pertinentes a trabalho na instituição de ensino”.
20	“Formas de garantir o nível dos alunos enviados; Talvez um preparo, no Brasil,

	antes de enviar ao país de destino; melhor comunicação entre a empresa brasileira (Capes) e as instituições estrangeiras no sentido de criar uma rotina para receber o aluno; um padrão para o aluno aproveitar o tempo dele no exterior, na faculdade de origem”.
--	--

Fonte: Dados da pesquisa

Após aplicação da técnica de Análise de Conteúdo, foi possível identificar cinco categorias de sugestões de melhoria:

Quadro 9: Categorização das Sugestões de Melhoria no Programa CsF

Categoria	Total de respostas	Identificação dos respondentes
Categoria 1: Melhoria no monitoramento do desempenho dos alunos na IES receptora.	7 (35%)	1; 2; 3; 4; 5; 6; 7.
Categoria 2: Melhoria na seleção dos candidatos.	4 (20%)	1; 4; 6; 20.
Categoria 3: Melhoria quanto ao nível de proficiência em língua estrangeira dos intercambistas.	4 (20%)	1; 6; 7; 11.
Categoria 4: Melhoria na interação entre IES de origem, IES receptora, instituições coordenadoras do Programa e Governo.	4 (20%)	4; 8; 19; 20.
Categoria 5: Melhoria na adaptação aos métodos/dinâmica da IES estrangeira.	3 (15%)	7; 11; 16.

Fonte: Dados da pesquisa

6. CONCLUSÕES

Através do presente estudo, o Programa Ciência sem Fronteiras (CsF) foi avaliado segundo uma abordagem *ex post* ou somativa, isto é, avaliação realizada após a implementação do Programa (intercâmbio). Quanto à posição dos avaliadores, a avaliação foi externa, executada por indivíduos de fora da organização responsável pelo Programa (bolsistas que participaram do intercâmbio e retornaram à Instituição Federal de Ensino Superior de origem na cidade de Montes Claros-MG). No que diz respeito ao objeto, foram avaliados os processos e impactos do referido Programa.

Os resultados mostraram processos bem sucedidos, como o de recepção dos estudantes na IES de destino, realçado por pessoal bem informado e preparado para receber os alunos, paciência e receptividade no acolhimento. O processo de auxílio financeiro aos bolsistas e o de repasse de informações aos estudantes antes e durante o intercâmbio também foram considerados muito positivos.

Por outro lado, foram identificadas falhas em alguns processos, com destaque para o nível de proficiência em língua estrangeira por parte dos alunos, considerado pela maioria dos respondentes como insuficiente ou bastante insuficiente para o bom desenvolvimento das atividades do intercâmbio, dentro e fora da IES receptora. Mesmo que pontual, retoma-se o caso de um aluno que realizou intercâmbio nos Estados Unidos sem ter feito um teste de proficiência em Inglês anterior à sua partida, representando uma falha no processo de seleção. Também é importante destacar as dificuldades de adaptação à metodologia de ensino e pesquisa na IES estrangeira.

No que se refere aos impactos do Programa Ciência sem Fronteiras, os resultados apontaram para a manutenção de contato dos estudantes com alunos/professores da IES receptora, entretanto, a pesquisa acadêmica e contato profissional se mostraram inexpressivos como motivos para a permanência desse contato, destacando-se, por outro lado, a dimensão pessoal (amizade). Também foi possível identificar uma falha específica nos intercâmbios realizados especificamente na Itália em que o contato entre alunos e professores italianos com os intercambistas brasileiros se mostrou difícil.

Uma das grandes vantagens da avaliação de políticas e programas públicos se deve ao levantamento de informações para subsidiar a decisão em manter ou interromper as ações (CUNHA, 2006). Baseando-se nas informações levantadas por meio desta pesquisa, conclui-se que o Programa CsF merece ser continuado, limitando-se a outras causas maiores que porventura não o permitam como, por exemplo, impedimentos ou dificuldades na continuidade de financiamento. Apesar de falhas de processos identificadas no Programa Ciência sem Fronteiras, que servem também como subsídio para a elaboração de intervenções de melhoria por parte da gestão do Programa, os impactos positivos do mesmo foram significativos na vida pessoal, acadêmica e profissional dos estudantes. Como exemplo, pode ser citado o quesito proficiência em língua estrangeira, que pode ser analisado sob dois ângulos. Sob a análise de processo, identificou-se uma falha no Programa devido à insuficiência de domínio da língua estrangeira por parte dos estudantes para a realização do intercâmbio. Entretanto, sob o ponto de vista de impactos do Programa, essa falha foi mitigada, uma vez que o aprimoramento de uma língua estrangeira foi apontado por 95% dos respondentes como um aspecto que foi melhorado de forma considerável através do intercâmbio. Ademais, através desse aprimoramento, um dos objetivos do Programa CsF foi estimulado, a saber: internacionalização das Instituições de Ensino Superior brasileiras.

O presente estudo também realça as sugestões de melhoria para o Programa CsF sob o ponto de vista de quem participou do intercâmbio. Dentre elas, as principais foram as sugestões de melhoria no monitoramento do desempenho dos alunos durante o intercâmbio, na seleção de candidatos e no processo de comunicação entre a IES de origem, IES de destino, instituições gestoras do Programa e Governo.

Alcançaram-se o objetivo geral da pesquisa, avaliação do Programa CsF, bem como os objetivos específicos quais sejam: descrição da experiência dos agraciados com a bolsa, identificação de pontos positivos e negativos nos processos, destaque dos impactos do Programa e levantamento de sugestões de melhoria. Mesmo apresentando limitantes típicos de estudos de abordagem qualitativa como o reduzido grau de reprodutibilidade, a presente pesquisa, por outro lado, abre uma reflexão a nível micro, acerca dos processos e impactos do Programa Ciência sem Fronteiras (CsF) especificamente, e a nível macro, com respeito às políticas de

internacionalização do ensino superior no Brasil. Sugere-se a realização futura de avaliação do Programa Ciência sem Fronteiras sob a perspectiva dos docentes das Instituições de Ensino Superior de origem e destino. Encerra-se esta pesquisa, portanto, esperando ter contribuído para que outras discussões possam ser derivadas dessa exposição.

REFERÊNCIAS

ALA-HARJA, M.; HELGASON, S. **Em Direção às Melhores Práticas de Avaliação**. Brasília, Revista do Serviço Público, ano 51, n. 4, out./dez., 2000.

ALTBACH, Philip G. **Perspectives on Internationalizing Higher Education**. International Higher Education, nº 27, Spring 2002. Disponível em: <http://www.bc.edu/bc_org/avp/soe/cihe/newsletter/News27/Newslet27.html>. Acesso em: 13.set.2015.

ANDRÉ, M. E. D. A. (1983). **Texto, contexto e significado**: algumas questões na análise de dados qualitativos. Cadernos de Pesquisa, (45): 66-71.

ARRETCHE, Marta T. S. **Tendências no estudo sobre avaliação**. In: RICO, Elizabeth Melo (org.) (1998). **Avaliação de Políticas Sociais: Uma Questão em Debate**. São Paulo, Cortez.

BARBOSA, E.F. **Instrumentos de coleta de dados em pesquisas educacionais**. 2008. Disponível em: <www.serprofessoruniversitario.pro.br> Acesso em: 06.Nov.2015.

BAUGARTNER, Frank e JONES, Bryan. **Agendas and Instability in American Politics**. Chicago: University of Chicago Press. 1993.

BERNABÉ, M. M.; FERNÁNDEZ MATEOS, L.M. **The Effects of CLIL from the Perspective of In-service Teachers in Salamanca**. Educação e Formação, n. 8, 2013.

CAIDEN, N. e WILDAVISKY, A. **Planning and Budgeting in Developing Countries**. New York: John Wiley. 1980.

CANAGARAJAH, A. Suresh. **Resisting linguistic imperialism in English teaching**. Oxford: Oxford University Press, 1999.

_____. **From Babel to Pentecost: postmodern glottoscapes and the globalization of English**. In: FAAPI CONFERENCE, 30th, Argentina, Sep. 2005. Towards the knowledge society: making EFL education relevant. Argentina: British Council, 2005. p. 22-33.

CARVALHO, Sonia Nahas de. **Avaliação de programas sociais: balanço das experiências e contribuição para o debate**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 17, n. 3-4, p. 185-197, jul./dez. 2003.

CHISWICK, Barry, 1999: **Language Skills and Earnings Among Legalized Aliens**, Journal of Population Economics 12(1), 63-91.

COHEN, E.; FRANCO, R. **Avaliação de Projetos Sociais**. Petrópolis, Vozes, 2004.

COHEN, Michael, MARCH, James e OLSEN, Johan. "A Garbage Can Model of Organizational Choice", **Administrative Science Quarterly** 17: 1-25. 1972.

COSTA, Frederico L.; CASTANHAR, José C. **Avaliação de Programas Públicos: desafios conceituais e metodológicos**. Rio de Janeiro, Revista de Administração Pública, 37 (5), set./out., 2003.

COTTA, Tereza C. **Metodologias de Avaliação de Programas e Projetos Sociais: análise de resultados e de impacto**. Brasília, Revista do Serviço Público, ano 49, n. 2, abr./jun., 1998.

_____. **Avaliação educacional e políticas públicas: a experiência do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb)**. Revista do Serviço Público, Brasília, v. 52, n. 4, p. 89-110, out./dez. 2001.

CUNHA, C.G.S. **Avaliação de Políticas Públicas e Programas Governamentais: tendências recentes e experiências no Brasil**. The Theory and Operation of a Modern National Economy. George Washington University. Programa Minerva. 2006.

DERLIEN, Hans-Ulrich. **Uma Comparación Internacional em la Evaluación de las Políticas Públicas**. Brasília, Revista do Serviço Público, ano 52, n.1, jan./mar., 2001.

DYE, Thomas D. **Understanding Public Policy**. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall. 1984.

EVANS, Peter, RUESCHEMEYER, D. e SKOCPOL, Theda. **Bringing the State Back In**. Cambridge: Cambridge University Press. 1985.

FIGUEIREDO, Marcus Faria & FIGUEIREDO, Argelina Maria Cheibub. **Avaliação Política e Avaliação de Políticas: Um Quadro de Referência Teórica**, in: Textos IDESP, no. 15, 1986, mimeo.

FINARDI, K.; PRTIZ, R. A. **Globalization, Internationalization and Education: What is the connection?**. In: INTCESS14- International Conference on Education and Social Sciences, 2014, Istambul. Proceedings of INTCESS14- International Conference on Education and Social Sciences. Istambul: Ocerint. v. 1. p. 45-53, 2014.

FREIRE, J.C. **Internacionalização de Instituições de Ensino Superior no Brasil**. Disponível em: <<http://www.unesp-ciencia.com.br/?p=1343>> Acesso em 14.Mai.2015.

GARCIA, Ronaldo Coutinho. **Subsídios para organizar avaliações da ação governamental**. Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, n. 23, p. 7-70, jan./jun. 2001.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2007.

IPEA. **Métodos qualitativos de avaliação e suas contribuições para o aprimoramento de políticas públicas**. In: Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas. Instituto de pesquisa econômica aplicada. Brasília: Ipea, 2010.

KACHRU, Braj B. **Standards, codification and sociolinguistic realism**: the English language in the outer circle. In: QUIRK, Randolph; WIDDOWSON, Henry G. (Ed.). English in the world. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

KAUARK, F.S; MANHÃES, F.C; MEDEIROS, C.H. **Metodologia da Pesquisa**: um guia prático. Itabuna-BA: Via Litterarum, 2010.

KNIGHT, J. **Internationalization**: Elements and checkpoints. Ottawa, Canada: Canadian Bureau for International Education, 1994.

KNIGHT, J. **Internationalization of higher education: a conceptual framework**. In Jane Knight and Hans de Wit (Eds), Internationalization of higher education in Asia Pacific Countries. Amsterdam: European Association for International Education, 1997.

LIMA, M. C.; RIEGEL, V. A influência da mobilidade acadêmica sobre a formação dos jovens. **Negócios e Talentos**, São Paulo, v. 02, n. 11, 2013.

LUBAMBO, Cátia W.; ARAÚJO, Maria Lia C. de. **Avaliação de programas sociais**: virtualidades técnicas e virtualidades democráticas. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2003. Trabalho para discussão, n. 158.

MARCONI, M.A., LAKATOS, E.M. **Técnicas de pesquisa**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MARCONI, M.A., LAKATOS, E.M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

LASWELL, H.D. **Politics: Who Gets What, When, How**. Cleveland, Meridian Books. 1936.

LAUS, S. P.; MOROSINI, M. C. **Internationalization of Higher Education in Brazil**. Hans de Wit, Isabel Jaramillo, Jocelyne Gacén-Avila, Jane Knight (Eds). In Higher Education in Latin America: the international dimension. Washington: The World Bank, 2005.

LEFFA, Vilson J. **O professor de línguas estrangeiras: do corpo mole ao corpo dócil**. In: FREIRE, Maximina M.; ABRAHÃO, Maria Helena V.; BARCELOS, Ana Maria F. (Org.). **Linguística aplicada e contemporaneidade**. São Paulo: ALAB; Pontes, 2005. p. 203-218.

LEVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

LIKERT, R. **A technique for the measurement of attitudes**. Archives of Psychology. v. 22, n. 140, p. 44-53, 1932.

LINDBLOM, Charles E. "Still Muddling, Not Yet Through", **Public Administration Review** 39: 517-526. 1979.

LOBO, Thereza. **Avaliação de processos e impactos em programas sociais: algumas questões para reflexão**. In: RICO, Elizabeth Melo (Org.). Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate. São Paulo: Cortez, 1998. p. 75-84.

LOWI, Theodor. "American Business, Public Policy, Case Studies and Political Theory", **World Politics**, 16: 677-715. 1964.

LYNN, L. E. **Designing Public Policy: A Casebook on the Role of Policy Analysis**. Santa Monica, Calif.: Goodyear. 1980.

MEDEIROS, F.S. **Uso de questionários nos trabalhos de conclusão de curso da licenciatura em química: uma discussão metodológica**. Porto Alegre, 2012.

MCKAY, Sandra L. **Teaching English as an international language: rethinking goals and approaches**. Oxford: Oxford University Press, 2002.

MENEGUIN, F.B., FREITAS, I. V. B. de, **Aplicações em avaliação de políticas públicas: metodologia e estudos de caso**. Núcleo de Estudos e Pesquisas do Senado, 2013.

MIURA, I. K. **O Processo de Internacionalização da Universidade de São Paulo: Um Estudo em Três Áreas de Conhecimento**. XXXIII Encontro da ANPAD. São Paulo-SP – 19 a 23 de setembro de 2009.

NERI, M. C.; Medrado, A.L. **Experimentando Microcrédito: uma Análise de Impacto do CrediAmigo no Acesso a Crédito**. *Revista Econômica do Nordeste*, v. 41, pp. 133-154.

OECD (Organisation for Economic Co-operation and Development). **Glossary of Key Terms in Evaluation and Results Based Management**. Disponível em: < <https://www.oecd.org/dac/2754804.pdf>> Acesso em 13.set.2015.

PERRIEN, J. e Alli. **Recherche en Marketing**: méthodes et décisions. Gaetan Morin, Canada, 1986.

PETERS, B. G. **American Public Policy**. Chatham, N.J.: Chatham House. 1986.

PINHEIRO, L. M. S.; FINARDI, K. **Políticas públicas de internacionalização e o papel do inglês**: evidências dos programas CsF e IsF. In: *II Conel*, 2014, Vitória. *Anais do II Conel*. Vitória: PPGEL, 2014. v. 1. p. 76-78, 2014.

RAMPAZZO, L. **Metodologia científica**: para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação. 3.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005. 141 p.

REVISTA EXAME. Disponível em: < <http://exame.abril.com.br/carreira/noticias/as-30-melhores-universidades-do-mundo-em-2015/lista> > Acesso em: 27.jun.2016.

SABATIER, Paul e JENKINS-SMITH, Hank. **Policy Change and Learning: The Advocacy Coalition Approach**. Boulder: Westview Press. 1993.

SHIN, J.C.; TEICHLER, U. **The Future of The Post-Massified University at the Crossroads**: Restructuring Systems and Functions. Jung Cheol Shin and Ulrich Teichler (Eds.). Springer, 2014.

SILVA, Pedro L. B. (coord.) **Modelo de Avaliação de Programas Sociais Prioritários**: relatório final. Programa de Apoio à Gestão Social no Brasil. Campinas, NEPP-UNICAMP, 1999.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas**: Uma revisão de literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

SOUZA, R. S. A.A. **A variável motivação como um dos fatores determinantes para produtividade e qualidade de vida dos profissionais da clínica Reabilitar**. 2012. 80 p. (Dissertação de bacharel em Administração). Faculdades Santo Agostinho de Montes Claros, Minas Gerais.

SCHWARTZMAN, S. **Quality, Standards and Globalization in Higher education**. Conference of the International Network for Quality Assurance Agencies in Higher Education (INQAAHE), Conference Centre, Dublin Castle, 2003.

United States. General Accounting Office (GAO). **The results act.** An evaluator's guide to assessing agency annual performance plans. GAO/GGD-10.1.20, 1998.

UNIVERSIDADE DE CAMPINAS (São Paulo). **Núcleo de Estudos de Políticas Públicas (NEPP).** Modelos de avaliação de programas sociais prioritários. Relatório Final. Campinas, 1999. 133 p.

VARGHESE, N.V. **Globalization and higher education:** Changing trends in cross border education. *Analytical Reports in International Education*, v. 5. n. 1, p. 7-20, 2013.

WILDAVSKY, Aaron. **The Policy of Budgetary Process.** Boston: Little and Brown, 2ª edição. 1992.

YIN, Robert K.. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

YONEZAWA, A. **The Internationalization of the University as a Response to Globalization:** an East Asian Perspective. In: Shin, J. C.; TEICHLER, U. (Eds.). **The Future of The Post-Massified University at the Crossroads:** Restructuring Systems and Functions. Springer, 2013.

ANEXOS

ANEXO I

Questionário de Avaliação do Programa Ciência sem Fronteiras (CsF)

Prezado(a),

Este questionário faz parte de uma pesquisa desenvolvida para minha dissertação, vinculada ao Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional – PROFIAP, pela Universidade Federal de Viçosa – UFV. O objetivo desta pesquisa é avaliar o Programa Ciência sem Fronteiras (CsF) na perspectiva dos agraciados com a bolsa. A identificação é importante para a tabulação dos dados, entretanto, não aparecerá nos resultados da pesquisa. A duração estimada do preenchimento do questionário é de apenas 20 minutos. Sua participação é muito importante e desde já agradeço a sua colaboração!

André Luiz Mendes Athayde

Parte I: Identificação

Nome Completo: _____

Idade: _____

Sexo: _____

Estado Civil: _____

Instituição Federal de Ensino Superior (IES) de origem: _____

Curso: _____

País de destino no Programa CsF: _____

Instituição de Ensino Superior (IES) Receptora: _____

Mês e Ano do início do Intercâmbio: _____

Mês e Ano do final do Intercâmbio: _____

Parte II: Avaliação dos processos pós-seleção

1. Numa escala de 1 a 5, indique o seu grau de satisfação em relação à forma como você foi recebido pela Instituição de Ensino Superior (IES) no país de destino.

Nada satisfeito. Pouco satisfeito. Razoavelmente satisfeito. Bastante satisfeito. Muito satisfeito.

1.1. Indique o aspecto que considera mais positivo neste acolhimento e o menos positivo:

Aspecto mais positivo: _____

Aspecto menos positivo: _____

2. Assinale as principais dificuldades encontradas durante a realização do seu intercâmbio:

Dificuldades de adaptação à cultura do país de destino. Dificuldades linguísticas. Falta de tempo hábil para realizar atividades/pesquisas. Falta de interesse pela realização das atividades/pesquisas. Dificuldades financeiras. Falta de apoio dos professores. Dificuldades de adaptação à metodologia de ensino e pesquisa da IES de destino. Distância dos familiares. Outras:

3. Qual o seu julgamento quanto ao subsídio financeiro que você recebeu para o intercâmbio pelo Programa Ciência sem Fronteiras (bolsa, benefício, mensalidade, auxílio etc)?

Bastante insuficiente. Insuficiente. Suficiente. Bastante suficiente.

4. Durante o intercâmbio, você desempenhou algum trabalho remunerado dentro ou fora da Instituição de Ensino Superior estrangeira?

Sim e não tive dificuldades em conciliá-lo com os estudos. Sim, mas tive dificuldades em conciliá-lo com os estudos. Não.

5. Você realizou algum teste de proficiência em língua estrangeira antes de ser aprovado no Programa Ciência sem Fronteiras (CsF)?

Sim. Não.

5.1. O seu nível de proficiência em língua estrangeira para atendimento às necessidades no país de destino foi:

Bastante insuficiente. Insuficiente. Suficiente. Bastante suficiente.

5.2. Assinale abaixo a(s) subárea(s) de proficiência em língua estrangeira com a(s) qual(is) você teve maior dificuldade no país de destino:

Leitura. Escuta/Entendimento. Escrita. Fala. Não tive dificuldades.

6. Você acha que as informações repassadas a você quanto ao funcionamento do Programa antes e durante o intercâmbio foram:

Bastante insuficientes. Insuficientes. Suficientes. Bastante suficientes.

Parte III: Avaliação dos impactos do Programa sobre os bolsistas

7. Você ainda mantém contato com algum aluno/professor da Instituição de Ensino Superior (IES) no país de destino?

Sim. Não.

7.1. Se você respondeu “Sim” à pergunta 7, assinale o(s) tipo(s) de contato que você mantém:

Contato profissional. Amizade. Pesquisa acadêmica. Para não perder o vínculo com a língua estrangeira. Parentes. Outros:

7.2. Se respondeu “Não” à pergunta 7, assinale o(s) motivo(s) que explica(m) a ausência de contato com alunos/professores da IES parceira:

O meu conhecimento de língua estrangeira não é bom. Os alunos/professores que tentei contactar não me responderam ou demoram em me responder. Eu tenho acesso limitado à internet. Eu não tenho interesse nesse contato. Outro:

8. De que forma você avalia o impacto do intercâmbio pelo Programa Ciência sem Fronteiras (CsF) na sua vida pessoal e profissional?

Impacto muito negativo. Impacto negativo. Nenhum impacto. Impacto positivo. Impacto muito positivo.

9. Assinale quais dos aspectos abaixo o intercâmbio pelo Programa Ciência sem Fronteiras (CsF) lhe ajudou a melhorar de forma significativa:

- Desenvolver minhas competências linguísticas em língua estrangeira. Elevar minha motivação para o desenvolvimento de pesquisas. Alargar meus conhecimentos culturais. Aprender a aceitar e respeitar as diferenças. Outros:

10. Relate, resumidamente, o significado dessa experiência internacional para você.

Parte IV: Levantamento de sugestões de melhoria para o Programa

11. Liste abaixo melhorias que, na sua opinião, poderiam ser implementadas no Programa Ciência sem Fronteiras (CsF):

Muito obrigado!